



MUNICÍPIO DE ALMADA **Assembleia Municipal**

ATA N.º 41/XIII-3º/2021-25

1 - Aos vinte dias do mês de outubro de dois mil e vinte e três, pelas 20H15, na Sala Pablo Neruda, Fórum Romeu Correia, sita na Praça da Liberdade, em Almada, realizou-se a reunião da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Almada de debate sobre o Estado do Município, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1 - Período de Intervenção dos Cidadãos;
- 2 - Período de Antes da Ordem do Dia;
- 3 - Período da Ordem do Dia:
 - 3.1 – Debate sobre o Estado do Município.

2 – Instalou-se a Mesa da Assembleia Municipal constituída pelo Senhor Presidente Ivan Gonçalves, pelo 1º Secretário Ivo Almeida e pela 2ª Secretária Ana Paula Silva.

3 – Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

José Joaquim Machado Courinha Leitão (PS); Ana Margarida Machado da Silva Lourenço (PS); Daniel Alexandre Teixeira da Silva (PS); Ivan da Costa Gonçalves (PS); Ana Paula Alves da Silva (PS); Sérgio Cantante Faria de Bastos (PS); Henrique Alexandre Margarido de Almeida (PS); Paulo Filipe Pereira Viegas (PS); Marta Ferreira Cortez dos Santos (PS); Pedro Miguel Dias Rodrigues Pereira (PS); Ivo Filipe Esteves de Almeida (PS); Olga Natália Maia Mariano (PS); Pedro Branca Lêdo (PS); José Alberto Azevedo Lourenço (CDU); Maria Rita Pereira Peixoto de Magalhães (CDU); Joaquim Estevão Miguel Judas (CDU); João Eduardo Alves de Moura Gerales (CDU); Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho (CDU); Vasco Ramiro Rodrigues Gonçalves (CDU); Sónia Tchissole Pires da Silva (CDU); Luís Daniel Valverde Jacinto (CDU); António Francisco Salgueiro (PSD); Luis Amado Durão (PSD); José António Espírito Santo Rocha (BE); Karim Hassan Quintino (BE); Nuno Alexandre Oliveira Mendes (CHEGA); Sara Sofia Martins Pinheiro (CHEGA); Margarida Ramires Paulos (PAN); António Pedro Rodrigues do Livramento Maco (CDS-PP); Maria de Assis Beiramar Lopes de Almeida (PS); Sandra Cristina Pereira Mascarenhas Vieira Chaiça (PS); Pedro Miguel de Amorim Matias (PS); José Ricardo Dias Martins (PS); Luís Filipe Almeida Palma (CDU).

4 – Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 42º, do Regimento da Assembleia Municipal, registaram-se os seguintes procedimentos:

4.1 – O Senhor Presidente procedeu ao anúncio das comunicações dos/as Senhores/as Deputados/as João Luís Serranho Frazão Couvaneiro (PS); Bruno Ramos Dias (CDU), Maria Amélia de Jesus Pardal (CDU); Beatriz Leal da Silva Brandão Ferreira (PSD); Inês Pizarat Correia Bom (BE), manifestando a impossibilidade de estarem presentes e solicitando a sua substituição.

4.1.1 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as Luísa Maria Freire Galvão (PS); António Paulo Júnior (CDU), Maria Teresa Morato Silva Rodrigues Cardinho (CDU), por impedimento de Andreia Sofia Egas (CDU), António Abrantes de Almeida (CDU), José Manuel Raposo Gonçalves (CDU), Eva Sofia Borges de Araújo Gomes (CDU), António Manuel Cardoso Pombeiro (CDU), António José Olaio da Silva (CDU); Sónia Raquel Mota Faria (PSD); e Pedro Miguel Celestino Pereira (BE).

4.1.2 – A Senhora Presidente de Junta da União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, Maria de Assis Beiramar Lopes de Almeida (PS), solicitou a sua substituição pela eleita Raquel Palhotas Pacheco (PS).

4.1.3 – Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais em vigor, não se registaram faltas.

4.2 – O Senhor Presidente comunicou ainda à Assembleia Municipal, tendo em conta a informação da Câmara Municipal, a ausência do Senhor Vereador do José Luís Riço Bucho e da Senhora Vereadora Helena Manuela Azinheira.

5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

5.1 – Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal para informação aos Senhores/as Múncipes

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais

Senhores Múncipes;

Referir que as reuniões da Assembleia Municipal são reuniões públicas. E, sendo reuniões públicas, são também transmitidas em *streaming*. Nós temos repórteres de imagem que permitem a transmissão em *streaming* da reunião. E, portanto, a imagem e a identificação dos cidadãos que intervêm na Assembleia Municipal passam a ser de conhecimento público. Por isso, se os/as senhores/as múnícipes que pediram a palavra tiverem problemas que pretendam apresentar, mas não queiram que a sua imagem seja revelada através destes meios, podem fazê-lo da seguinte maneira: ou podem colocar a questão por escrito dirigida ao Presidente da Assembleia, que dará sequência à questão, ou podem pedir uma audiência ao Presidente da Assembleia, que terá todo o gosto de receber os múnícipes que não queiram expor a sua situação de forma pública.”

5.2 – Usaram da palavra os/as Senhores/as Múncipes João Cão, Simão Pedro Miranda, José António Pires, João Costa Silva, João Rocha, Henrique Costa, e Filipe Teixeira.

5.2.1 – O Senhor Múncipe João Cão:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O meu nome é João Cão Duarte, eu represento uma Associação Cultural que trabalha no Bairro do 2º Torrão, que se chama Canto do Curió.

Já faz mais de 10 anos, nós trabalhamos em participação social e emancipação, o que é um assunto que nos é caro, é uma ocupação que nós temos, em que temos que saber ouvir e saber agir, são processos longos e demorados.

Eu vim aqui fazer esta intervenção a propósito deste bairro que é o Bairro do 2º Torrão e de uma ação que houve por parte da Câmara Municipal de Almada acompanhada pelo Ministério da Habitação, naquele território, faz agora três meses e pouco, ou seja, no final de junho. Estive no Bairro a Senhora Presidente da Câmara Municipal tal como o seu executivo, a Ministra da Habitação, todo o aparato. Houve muitos problemas no 2º Torrão e eu não venho falar disso, venho apenas falar desta intervenção que houve, que foi uma intervenção em que a Câmara Municipal e a Ministra da Habitação, foram ao Bairro para ouvir. Então a questão, eu não sou habitante no 2º Torrão, represento esta Associação que trabalha lá, mas há amigos que estão lá e têm uma associação também que é a Associação de Moradores do Bairro, que tem uma nova direção desde o verão e que não sabem de nada. A questão era mesmo saber qual é o ponto da situação. Porque quando nós vamos escutar, tem que se ter uma atenção ao que é que acontece depois. Não sei se por acaso, vocês que nos escutam prestaram atenção na altura, foi no final de junho, apareceram várias fotografias na imprensa escrita, na internet, vídeos, televisões. Para além desse aparato o que é que acontece a partir desta situação? As inquietações dos moradores são as mesmas em relação ao seu futuro, em relação à intervenção que houve naquele território, a uma vala que supostamente é uma causa de uma intervenção estruturada. Sei que aqui na Câmara Municipal se escutam estes assuntos, mas do ponto de vista local, quando é que chegam respostas, que tipo de respostas é que chega, que plano é que existe?

Portanto, pedia uma atenção em termos de resposta para saber o que é que existe em termos públicos, ou seja, uma intervenção deste tipo quer dizer que vai haver um retorno de informação pública, que todos os moradores terão acesso, mas que qualquer um de nós mesmo que não vivamos naquele território temos o direito a saber. E por outro lado, uma questão privada. Ou seja, temos uma associação representativa no território que também se vê alheada de todas estas questões. “

5.2.2 – O Senhor Múncipe Simão Pedro Miranda:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Podia começar por desejar boa noite a todos os presentes, mas não o vou fazer para mostramos empatia pelos habitantes de Almada Velha.

O problema que me traz aqui tem a ver com os horários de funcionamento dos estabelecimentos.

Como sabemos, Almada Velha está a ganhar uma nova vida, está a ficar muito gira, não nos mostramos contra os restaurantes, esplanadas e os seus bares, estamos revoltados sim, e bastante transtornados, com os horários de funcionamento que alguns bares estão a praticar. Inclusive, os dois juntos à Casa da Cerca, que neste momento na sua porta já tem o horário de funcionamento. Um até à 06H00 da manhã e o outro até às 07H00.

Como podem perceber o que daí pode vir, barulho até às sete da manhã, as ruas cheias de garrafas espalhadas por todo o lado, cenas de pancadaria, por dois fins de semana seguidos temos a polícia de intervenção lá na rua por causa das cenas de pancadaria, pessoas a vender droga na nossa rua, é muito comum vermos os carros parados e até fazem uma fila à espera do seu abastecimento. Neste momento não me sinto seguro sequer a sair de casa à noite pela confusão que há na rua.

Eu sei que o tema está a ser debatido conforme foi falado na reunião de 3 de julho da Câmara Municipal passada e que iria a consulta pública, eu ainda não consegui encontrar se a consulta pública já foi feita ou não, mas queria relembrar que Almada tem um regulamento aprovado com o número 385/2011, em que faz limitar os horários de funcionamento, especificamente nas zonas históricas.

Gostaria de pedir a vossa ajuda, para que junto com a fiscalização consigam exercer de maneira a que possa ser cumprido este regulamento até vir a ser aprovado um novo regulamento de horários do Município de Almada.”

5.2.3 – O Senhor Município José António Pires:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Antes de mais gostaria de solicitar aos presentes que apreciassem a proposta que apresento, sem qualquer desmerecimento prévio.

Ela é feita, antes de mais, para engrandecimento do Concelho e da sua população residente.

Posto isto...!

É, pois, a minha presença, na qualidade de Delegado Concelhio da CPA Associação Autocaravanista de Portugal, fundado em 25 de janeiro de 1990.

Nessa qualidade, venho desafiar a edilidade a edificar dois locais/parques de estacionamento para autocaravanas no Concelho.

Porque o faço? Faço-o, ante de mais, porque não existem infraestruturas no Concelho, porque vejo como muitos outros autocaravanistas residentes neste Concelho, que estão privados de irem à praia do seu Concelho porque não podem estacionar. Eu não disse acampar, disse estacionar! cumprindo a regras legais existentes, sentindo-se assim discriminados.

Faço-o porque o Concelho e o seu comércio sairiam beneficiados com o consumo que os autocaravanistas realizam onde são bem-recebidos.

Sim, consumimos onde nos recebem bem e isso é comprovado pelas notícias que circulam no meio autocaravanista (Facebook), onde partilhamos locais para visitar e boas e más práticas.

Também, mesmo os maus avessos Concelhos à criação de parques destinados aos autocaravanistas, tem-se rendido a evidência da conveniência, diria mesmo necessidade, dessa realização.

Falta oferta para estacionamento/pernoita exclusiva para autocaravanas (ASA ou Parque de Autocaravanas), não só na Cidade de Almada, como nas zonas de praia, ou em outras áreas do Concelho próximas de transportes e serviços;

Falta de infraestruturas essenciais à estadia, mesmo que de curto prazo; zona de despejos, WC exterior, zona de Banhos, acessos fáceis e descomplexados, sinalética adequada, segurança, etc.

A única existente é a do Intermarché/Vale Fetal, a quem publicamente agradeço e louvo a iniciativa, em cuja inauguração esta edilidade esteve presente.

Existem ainda assim infraestruturas insuficientes e sem oferta adequada para esta forma de turismo, tais como,



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

INATEL, Hoje explora um Hotel, diria com 4 estrelas (embora sem classificação no site) face a qualidade que apresenta, mas o seu Parque de Campismo que poderia ser conduzido a um Parque de 4 ou 5 estrelas, explorado com uma visão "out of the box" numa zona tão turística como aquela onde se localiza, seria o epitome dos parques em Portugal, mas encontra-se fechado para obras.

O Clube de Campismo do Concelho de Almada, não tem qualquer espaço destinado a autocaravanas, nem que seja para os que pernoitem uma só noite. Aliás, é difícil classificar instalações deste tipo de parque de campismo, só tem nome.

Clube de Campismo de Lisboa, Idem...

Parque de campismo Piedense, Idem...

ORBITUR, resta este parque para quem queira pernoitar/acampar junto a praia, os comentários nas redes sociais, não são favoráveis

Proponho assim, que sejam criadas condições para a instalação de dois parques: um no parque de estacionamento junto aos Bombeiros Voluntários de Cacilhas e outro na Costa da Caparica junto ou em frente à Praia de Santo António.

Permitam-me este atrevimento adicional, no âmbito do investimento privado que não seria despiciendo na zona de praias da Costa da Caparica, no terreno adjacente em frente ao estacionamento da Praia de Santo António e na Praia de São João onde já existe um estacionamento.

Disponível está a Associação e eu próprio para o que for necessário.

Agradeço a atenção dispensada ao assunto na esperança que o mesmo mereça a vossa curiosidade bastante, para o analisar de forma positiva."

5.2.4 – O Senhor Munícipe João Costa da Silva:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu venho aqui falar na urbanização do Bairro do Desembargador,

Já lá tivemos uma coisa chamada a aposta predileta, deu no que deu, num escândalo de todo o tamanho e em que as pessoas foram burladas até tutano. Agora temos a Sociedade Construções LDJ Silvas LTDA, com sede na rua Almeida Garrett, nº 13, 1ª Drtª m Piavas.

Uma das coisas que aparece no projeto de arquitetura, as paredes exteriores são em dois panos, e no meio levam poliestireno extrudido. Uma das paredes de tijolo é substituída por isto que eu tenho na mão, e peço à Câmara Municipal que não se iluda, que isto não é capoto, isto é esferovite, o capoto é XLS e poliestireno extrudido da 6 cm, que leva no meio das paredes.

Os edifícios ficam mais baixos do que estão na sua altimetria do projeto. E senhores membros da Câmara, a consulta prévia, não pode justificar tudo. A consulta prévia não pode permitir que se façam uns Norte. Coisa que eu conheci muito bem ou então bairro do relógio que também conheci muito bem, sou dessa época, tenho cabelos brancos.

Esta empresa não respeita o projeto de arquitetura, não respeita o projeto da acústica, não respeita o projeto térmico, isto não faz absolutamente nada. E eu não percebo, se não pode haver de vez em quando, enquanto a obra está ainda no chão, ir ver o que que é que este homem faz. Porque isto são autênticas armadilhas, mas há mais lá. Há obras em curso na rua Gomes Teixeira e há outra na rua esses então ainda fazem pior. Uns furozinhos com 50 cm para fazer umas sapatazinhas de pilares, em terreno completamente roto e depois estendem betão por cima de terra aligeirada pela niveladora. E é isto que se está a fazer na Quinta do Desembargador. Isto são autênticas ratoeira para quem compra ou quem manda fazer e que não tem possibilidade ou de ver ou de perceber o que é que se está a construir.

Eu peço encarecidamente à Câmara Municipal e ao Senhor Vereador, não tenho absolutamente nada contra a Câmara Municipal, devo dizer aqui muito claramente, absolutamente nada, percebo que a Câmara não pode ter um fiscal ao pé de cada obra, percebo que não pode passar todos os dias, mas não pode é de dentro de um carro olhar para um edifício e pensar que está a ver. Não está a ver, está é a ver as patifarias que lá estão. Depois



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

entre três edifícios, as boas regras está cá nos processos, leva junta de dilatação. A junta de dilatação, é um prédio encostado ao outro. Quando houver um pequeno tremor de terra vão os três ao ar.

Eu penso que Almada merece que se construa porque a Câmara Municipal é que urbanizou aquela Quinta do Desembargador, julgo eu, eu não conheço os pressupostos que estiveram nessa urbanização e quais são as exigências técnicas que lá estão pedidas.

Começaram com telha cerâmica, agora estão com uma outra coisa que não se percebem bem, que metem umas chapas que vão para cobrir aviários ou cavalariças.”

5.2.5 – O Senhor Município Henrique Costa:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Cento e trinta e dois residentes e comerciantes, subscreveram um abaixo-assinado dirigido à Câmara Municipal de Almada, solicitando a sua intervenção célere por forma a obrigar o dono da obra em curso no nº 99, da rua Comandante António Feio, a recuar entre 40 a 50 cm, os tapumes que colocou na via pública;

Segundo, obrigar os operadores de comunicações, a arrancar os fios das paredes exteriores dos edifícios e a subter-los;

Terceiro, não autorizar a colocação de contentores ou outros acessórios destinados à referida obra, na zona de estacionamento limitrofe.

O que está em causa: A Medalya & Mor Properties Ltd, um mediador ou fundo imobiliário que atua sobretudo nos Estados Unidos e Alemanha, é o dono da obra nº 99, da rua Comandante António Feio.

Chegou e cravou tapumes na via pública. A sua colocação dificultava a manobra de saída viaturas da garagem em frente, nº 28, onde existem 108 boxes. O nosso pedido para que recuassem os tapumes para facilitar a saída foi ignorado. A resposta que nos deram foi: “temos autorização, se quiserem reclamem à Câmara Municipal”. Foi o que nos vimos obrigados a fazer.

Enviamos dois emails à Câmara Municipal, com conhecimento a todos os seus órgãos, Presidência, executivo, Assembleia Municipal, Deputados Municipais, União de Freguesias, para expor a situação.

A resposta tardia que recebemos foi em email com o número do processo e a Vereadora que o acompanhava, nada mais.

Vossas excelências têm todos conhecimento do que nos traz aqui, só um grupo político da Assembleia Municipal respondeu ao nosso email. Os tapumes tal como estavam eram potenciadores de risco eminente, para os moradores da rua António Feio. O estacionamento de um carro normal de quatro metros e vinte de comprimento, passo a publicidade, uma carrinha Peugeot 308, bem estacionado do lado oposto à obra do passeio, era suficiente para impedir um camião do lixo de passar, como aconteceu várias vezes, ou de um veículo pesado de emergência, bombeiros.

Só hoje é que os tapumes foram deslocados, recuaram-nos 30 cm, um pé. Para essa decisão terá por certo contribuído o abaixo-assinado de 132 moradores a que venho aqui dar voz.

Queremos admitir que esse fator de risco tenha sido eliminado. O futuro o dirá.

Mas como dissemos há outro fator de risco que se mantém inalterado. O enxame de fios a fiada de cabos descarnados, emaranhados uns nos outros, que os operadores de comunicação disseminam em propriedade alheia como se ela lhes pertencesse. Para além do abuso, essa devesa constitui um fator de risco não despreciando, e não estou a ser alarmista.

Há uns meses deflagrou um incêndio com labaredas num dos prédios da nossa rua, provocado por um curto circuito naqueles cabos. Não se trata de um receio hipotético, mas de um risco eminente. A Câmara Municipal



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

tem o dever de exercer a sua soberania, e obrigar os operadores de comunicações a arrancar os fios das paredes exteriores dos edifícios e a subterra-los.

Agradecemos que a senhora Presidente da Câmara Municipal nos dê aqui hoje essa garantia. Estamos em crer que a Assembleia Municipal aqui presente, estará de acordo.

Por último, ainda relacionado com a obra. Solicitamos que a Câmara Municipal não autorizasse ao dono da obra a ocupação do passeio por contentores, passeio em frente, contentores matérias e outros acessórios à obra. Bem basta o incomodo causado pelo ruído e poluição decorrente da construção, quanto mais sermos privados dos lugares de parques de estacionamento para albergar um armazém da obra que interfere direta ou indiretamente com os nossos interesses de munícipes.

Entretanto o dono da obra certamente autorizado pela Câmara Municipal, delimitou no passeio em frente, uma área para armazenar os seus pertences. O local apropriado do estaleiro como sabem, é o terreno da obra.

Agradeço que vossas excelências revertam a autorização dada, e interditem o espaço público para esse efeito, devolvendo os lugares de estacionamento aos residentes. Vossas excelências sabem que as nossas pretensões não são um capricho, é uma questão de justiça e bom senso."

Foram os munícipes que elegeram a Câmara e os diversos órgãos municipais, nós munícipes e residentes temos o direito de nos dirigirmos a vós, para que as nossas justas pretensões sejam respeitadas."

5.2.6 – O Senhor Munícipe João Costa:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Presentemente, constata-se o excelente trabalho que, vem sendo realizado pelo atual executivo deste Município, tanto ao nível da mobilidade, bem como de outras situações, vulgo a recuperação de vários Parques Infantis, em conjugação com a União de Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda, os quais não obedeciam às normas comunitárias, estando também todo o equipamento deste obsoleto, tendo já sido recuperados 10 Parques Infantis, até à presente data.

Quanto às Piscinas da Charneca de Caparica, esta foi abandonada pelos executivos cessantes, como é do conhecimento público, originando esta situação, a sua degradação total, tanto em termos de motorização de equipamentos, como também de todo o sistema de canalização e conservação do edifício desta, a qual será aberta ao público brevemente.

Em relação a obra de grande monta, que está atualmente a decorrer na Avenida do Mar, provavelmente, será considerada a obra do século deste Município, passo a citá-la: a requalificação desta, com início na Fonte da Telha, até ao limite do Concelho, a qual nunca havia sofrido, qualquer tipo de beneficiação, durante mais de quatro décadas, não possuía também passeios, nem ciclovias, para os transeuntes, para praticarem desporto.

Presentemente, os munícipes deste Concelho, congratulam-se, por poderem percorrer cerca de 6Km em ciclovia, proporcionando aos seus utentes uma maior segurança, até às praias da Costa de Caparica.

Face ao mencionado, no parágrafo anterior; deveria esta Avenida, passar a denominar-se "Avenida Presidente Inês de Medeiros", por ser a autora de uma obra com esta envergadura, provavelmente, poderá vir a ter nas próximas décadas, uma importância muito significativa para este Município, tanto ao nível de turismo, bem como ainda o desenvolvimento que, eventualmente possa advir desta, para todas as localidades limítrofes deste local.

Termino, dizendo que os Lisboaenses têm a marginal Lisboa-Cascais, sendo o ex-libris dessas Cidades, nós Almadenses, temos o privilégio de viver numa Cidade que, toda a parte norte desta, está coberta pelo estuário do Rio Tejo e, do lado Poente, temos o Oceano Atlântico Sul que, proporciona a este Concelho, ter um areal com cerca de 8 milhas náuticas de comprimento, sem qualquer tipo de interregno, o qual é frequentado por cerca de 1,5 milhão de banhistas, todos os fins de semana, durante todo o período da época balnear.

Em tempo: relativamente, as Augis, mais uma vez elogio o Senhor Vereador responsável por este Pelouro - Dr. José Pedro Ribeiro, pelo fato de acompanhar de muito perto, todos os processos das Augis, bem como ainda, a



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

excelente equipa técnica que, trabalha arduamente na resolução deste flagelo, como é o caso das Augis, sediadas na área de jurisdição deste Município.

Congratulo-me, na qualidade de Responsável, da Augis da Quinta da Adega, bem como os restantes elementos da comissão, pela aprovação do processo de reconversão desta, em termos de arquitetura, o qual se reportava à década de 80, provavelmente, este já deve ter barbas brancas, em virtude da sua antiguidade.”

5.2.7 – O Senhor Município Luís Filipe Teixeira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu venho aqui em representação de vários indivíduos que trabalham com veículos de animação turística, os Tuk Tuk, e queremos fazer um pedido.

Nós antes das obras de Cacilhas tínhamos uma localização para trabalhar. Durante as obras que demoraram um ano, tentamo-nos desenrascar como toda a gente. Após a conclusão das obras, toda a sinalética foi reposta menos a nossa. Acontece que após solicitação junto da Câmara Municipal para reporem a nossa sinalética de animação turística, ela foi colocada num local que não lembra a ninguém.

Entretanto, solicitamos a alteração do local e agora no dia 21 de agosto, finalmente há a indicação para recolocarem a sinalética no local apropriado e que desde já nós agradecemos. Só foi no dia 21 de agosto e nós estamos a 21 de outubro e nós não temos nenhum sítio para trabalhar. Estamos a ser marginalizados no nosso trabalho, a polícia felizmente tem sido condescendente e bastante simpática, tem nos deixado trabalhar fora das regras, mas há sempre um que não o faz e isso obriga-nos andar ali às voltas e sem poder concluir a nossa função.

Portanto, agradecemos à Câmara Municipal se eventualmente pudessem ser um bocadinho breves na recolocação da sinalética seria de todo agradável.”

5.3 - Em resposta aos Senhores Municípes, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra os/as Senhores/as Vereadores/as Filipe Pacheco e Francisca Parreira, o Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldes (CDU) e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

5.3.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Peço desde já desculpa pelo meu ligeiro atraso e, portanto peço ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que me autorize a passar a palavra aos Senhores Vereadores para responderem às duas primeiras questões, podendo responder já ao Senhor Município José Pires, e daquilo que me foi permitido ouvir dizer que, concordo com praticamente tudo o que disse. Ou seja, concordo que importa ter um local que seja digno e permita-me que lhe diga que é com alguma preocupação que estamos a acompanhar o projeto do INATEL. O INATEL tem um projeto que nos parece muito qualificador daquilo que pode ser um parque de campismo e que prevê também uma zona de estacionamento de caravanas. Esse projeto está ainda na CCDD, portanto, ainda está a aguardar as alterações e é a razão pela qual está parado. Agora é evidente que, acho que devemos pensar seriamente, naquilo que são as nossas políticas de turismo a todos os níveis e aqui estou certa que o Senhor Vereador Nuno Matias também está disponível para isso, e que seja conciliável com uma dignificação e uma requalificação do território, porque sabemos o valor que tem o nosso território, o valor ao nível de património natural, mas também em relação às suas potencialidades turísticas.

Portanto, não há aqui nenhum preconceito. Agora há sim, a necessidade de criar regras e como disse e bem, querem estacionar, não querem colocar de forma selvagem e caótica a caravana em qualquer sítio sem regras.

Até porque as regras garantem equidade, e lutam contra aquilo que acho que todos nós devemos lutar numa sociedade justa que é a lei do mais forte ou do mais espertalhão, ou do que chega primeiro, ou aquele que a deixa lá indefinidamente.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Por um lado, sim, todos os planos que temos não excluimos ninguém numa estratégia global, estamos a falar da necessidade de requalificação de um território e que abrange muitas entidades ainda infelizmente, que não apenas a Câmara Municipal, e, portanto, a articulação é sempre muito difícil, colaboramos naquilo que o INATEL nos pediu para colaborar, no seu plano de requalificação, aguardamos também os pareceres das entidades competentes e respondemos também às perguntas que nos fazem.

Em relação ao Senhor Município João Costa da Silva. O máximo que podemos fazer é verificar, penso que o pedido foi que enviássemos a fiscalização, está aqui também a Senhora Vereadora Francisca Parreira e o Senhor Vereador José Pedro Ribeiro, não sei se já foi feito ou não, da minha parte irei pedir de facto, que se verifique, que se faça uma fiscalização de obra no caso de haver qualquer suspeita de desconformidade.

Relativamente ao abaixo-assinado, também aqui eu acho que há uma parte de fiscalização, não sei se os meus colegas já poderão responder.

Dar nota que partilho a grande preocupação relativamente aos fios das telecomunicações, que é um horror que todos nós sabemos e com os quais somos confrontados em permanência e eu acho que é fundamental que haja de facto uma legislação específica a esse nível e muito mais eficaz, que nos ajude nós Municípios a fazer o nosso trabalho. É evidente que esta acumulação de fios pendurados nos nossos edifícios, há um esforço conjunto seja municipal, seja dos privados para a requalificação e depois temos aquele emaranho absolutamente caótico de fios que não me parece que sejam aceitáveis nos tempos de hoje e sobretudo quando já ninguém sabe para que é que eles servem, tanto quanto me é dado saber, dois terços daquele lixo é mesmo lixo, já não fornece nada, é cada novo operador chega e põe um novo e sobre um novo, e sobre um novo e, portanto é uma situação insuportável, ingerível e acho que deveria ser um desígnio nacional com uma legislação muito mais amiga dos Municípios para que possam de facto, fazer o seu trabalho de fiscalização e de fazer cumprir a Lei em vigor.

Relativamente aos contentores e aqui não desfazendo a possibilidade de eles estarem bem ou mal colocados, permitam-me que vos diga, contentores de obra são fundamentais, para a gestão do território porque evita e eu não estou a falar desta em particular, vou pedir para que seja verificado o local onde está colocado, mas se não há contentores e eu até fico contente no geral, saber que há um contentor de obra. Porque quando não há contentor de obra nós sabemos onde vai parar o entulho, é depositado muitas vezes de forma abusiva e quase clandestina, até na Mata dos Medos nós encontramos montes de entulho. Portanto, uma das formas de evitar isso é de facto, juntamente com a licença de obra, poder colocar contentores para o entulho e para aquilo que é depósito da obra. Não significa que não se verifique o local onde é colocado, mas é isso que as cidades também têm permitido, naturalmente depende da dimensão da obra, naturalmente têm de cumprir aquilo que são os encargos inerentes a instalação, mas a colocação de grandes contentores em obras volumosas, é uma forma também de combater o depósito abusivo desse mesmo entulho.

Agradeço sempre as palavras do Senhor Município João Rocha, que é sempre muito gentil.

Relativamente ao Senhor Município Filipe Teixeira, se eu percebi da sua intervenção já foi identificado o local e, portanto, vamos saber o que é que está a atrasar essa colocação. Portanto, agradeço também o alerta que nos deixou."

5.3.2 – O Senhor Vereador Filipe Pacheco:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Respondendo ao Senhor Município João Cão, que sublinhou que não é habitante do Bairro do 2º Torrão e pergunta qual o ponto da situação neste território.

Em primeiro lugar, esclarecer que a visita que a Senhora Ministra da Habitação fez ao terreno, foi feita a convite da Associação Cova do Mar, e evidentemente a Câmara Municipal aliás, como é do protocolo, esteve presente, acompanhou a visita, através da Senhora Presidente da Câmara Municipal, vários Vereadores, também com a Junta de Freguesia da Caparica Trafaria e atores do local relevantes como por exemplo, a Santa Casa da Misericórdia.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Aquilo que era uma situação de urgência que depois foi de emergência, hoje podemos dizer que a resposta foi dada. Aliás, podemos dizer que pela primeira vez em quarenta anos, houve uma resposta pública de habitação para o 2º Torrão. Portanto, o ponto da situação neste momento é que, mais de sessenta famílias estão totalmente realojadas, do ponto de vista habitacional a resposta foi dada e de forma total. Portanto, para concluir, hoje mais de sessenta famílias deixaram de estar numa situação de insegurança e estão hoje em condições de dignidade.”

5.3.3 – A Senhora Vereadora Francisca Parreira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu permitiria apesar de considerar que tenho dois assuntos em duas intervenções que têm a ver com as áreas da minha tutela, fazer aqui uma apreciação da intervenção do Senhor Município Simão Pedro Miranda, pelo qual começo.

Dar nota que, efetivamente, o regulamento dos horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais, precisa de ser revisto e precisamos de ter uma nova norma. Tem toda a razão.

Acresce que, tendo a sensibilidade que efetivamente Almada Velha e outras zonas sensíveis do nosso Concelho, nomeadamente, artérias que são muito movimentadas como a rua Cândido dos Reis, como a rua Capitão Leitão e outras áreas de intervenção, estão neste momento a ser fiscalizadas em ações conjuntas com o ACES/Almada/Seixal e também outros intervenientes e parceiros, nomeadamente, as entidades policiais, para que possamos verificar caso a caso, de forma casuística, até quando os alvarás de funcionamento, estão terminados e se estão a ser cumpridos ou não.

Como norma orientadora, nenhum dos estabelecimentos nestas artérias, deveria funcionar para além das 00H00, sabendo ainda assim, que há autorização e alvarás, que efetivamente expõem e aí a entidade policial não pode intervir, dispõem que os estabelecimentos podem funcionar para além das 00H00, o que não é regular. Portanto, de uma vez por todas, é preciso que o novo regulamento venha permitir que haja fiscalização assertiva, quer por parte das entidades policiais, com quem temos estado em permanente contacto, quer por parte da fiscalização municipal, que tem aqui uma missão muito específica, mas que não é uma missão única porque ela é também transversal às entidades policiais.

Relativamente ao Senhor Município João da Costa Silva, que aqui veio trazer um problema associado à Quinta do Desembargador, dar-lhe nota que não temos conhecimento do que está a acontecer em concreto, sendo que é um assunto transversal ao Senhor Vereador José Pedro Ribeiro e a mim própria, e cuidaremos ambos de perceber o que está a acontecer com este processo.

Relativamente ao Senhor Município Henrique Costa, que aqui traz uma problemática que é transversal a diferentes unidades orgânicas da Câmara Municipal, e que não tem apenas a ver com as áreas da fiscalização, mas que é um processo de todo sensível e ao qual reconhecemos que há naturalmente também alguma preocupação para análise, a rua Comandante António Feio, aliás, eu tomei conhecimento eu própria, hoje, porque tenho um gabinete naquela área, de que haveria um comunicado dos moradores relativamente a esta matéria sensível e que deveria ser analisado, dar-lhe nota que, a fiscalização esteve na obra, foi verificar a concessão do alvará e está neste momento a notificar o proprietário precisamente para completar a informação que lá está. Sendo certo que, aquilo que verificamos junto dos serviços da Câmara Municipal, é que efetivamente há ocupação do espaço público, devidamente autorizado e se o espaço público não está a ser autorizado conforme a Câmara Municipal autorizou, precisa de ser naturalmente vigiado e precisa de ser reequacionado. O que é um facto é que aqueles contentores que lá estão, aqueles tapumes que lá estão, estão devidamente autorizados pela entidade e unidade orgânica dentro da Câmara Municipal, que deve autorizar essa mesma ocupação de espaço público.

Ainda assim, hoje e por reconhecermos que efetivamente os tapumes estavam a perturbar a entrada e saída dos moradores, a fiscalização deu ordem para que esses tapumes efetivamente se recuassem conforme o Senhor Henrique Costa aqui dá nota.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Mas de qualquer maneira, apesar do tempo escasso que tenho, eu gostaria muito depois no final, poder falar com o Senhor e recolher mais informação sobre este processo que eu também tenho a informação que tenho sobre o mesmo, que pedia hoje à tarde aos serviços, gostaria de poder partilhar convosco não neste espaço tão confinado de discurso e de diálogo, e naturalmente falaremos sobre esta questão, porque é uma questão sensível, ela é transversal a outras problemáticas, nomeadamente as questões dos operadores, os fios etc., nada disto tem a ver com as áreas da fiscalização, mas de qualquer maneira relativamente ao curso da obra, está devidamente autorizada, relativamente à ocupação do espaço público está devidamente licenciado, nós vamos acompanhar para que esta obra possa ser menos perturbadora possível para todos os moradores daquela área.”

5.3.4 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Gerales (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Para duas notas muito breves relativamente às intervenções dos Senhores Múncipes nesta Sessão.

A primeira relativa ao 2º Torrão. Aquilo que o Senhor Múncipe João Cão aqui nos trouxe, é uma preocupação desde sempre da CDU, todos estamos seguramente lembrados, a CDU apresentou a esta Assembleia Municipal uma recomendação à Câmara Municipal, no sentido de que fosse firmado um compromisso formal com todas as famílias realojadas, no sentido de precaver exatamente o futuro destas pessoas. Essa recomendação foi rejeitada pela maioria, e, portanto, não fez o seu caminho.

Aquilo que o Senhor Múncipe João Cão aqui nos trouxe hoje, é exatamente a preocupação dos residentes do 2º Torrão que foram realojados, relativamente ao futuro. Infelizmente, o Senhor Vereador Filipe Pacheco disse-nos o que é que tinha feito, disse-nos qual é a situação atual, sobre o futuro nem uma única palavra. O que nós lamentamos.

A segunda nota, tem a ver com o Senhor Múncipe que aqui nos trouxe a questão dos bares na zona de Almada Velha.

Eu quero aqui lembrar, que bem ou mal, atualizado ou não atualizado, a Câmara Municipal de Almada tem um regulamento que está em vigor relativamente ao funcionamento dos bares. E é esse regulamento que tem que ser aplicado e que tem que ser respeitado. Nós não conseguimos compreender como é que a Senhora Vereadora responsável pelo pelouro, nos diz que está à espera de um regulamento para saber o que é que vai fazer. Não Senhora Vereadora! A Senhora tem que aplicar o regulamento que está em vigor e não tem que esperar pela polícia, tem que aplicar o regulamento que está em vigor, o regulamento que está em vigor não permite que nenhum estabelecimento comercial funcione até às 6H00 da manhã, nem até às 07H00 da manhã, não permite. Portanto, a Senhora tem que fazer aquilo que estiver ao seu alcance enquanto responsável municipal, para fazer plicar as regras que estão em vigor.”

6 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.

6.2 - Foram apresentados os seguintes Votos de Pesar:

6.2.1 – Voto de Pesar pelo Falecimento de Jorge Manuel Caldeira Barros, apresentado pelo Deputado Municipal Sérgio Bastos Faria (PS);

6.2.1.1 – O Senhor Deputado Municipal Sérgio Faria Bastos (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Natural de Veiros, município de Estremoz, distrito de Évora, Jorge Barroso era Mestre em Engenharia de Minas e Georrecursos pelo Instituto Superior Técnico.

Para além de uma profunda relação com a causa pública, que marcou todo o seu percurso profissional e cívico, Jorge Barroso era especialista em Tecnologia de Contenções e Fundações, Técnicas de Reabilitação de Construções, Reabilitação Funcional de Edifícios, Princípios da Construção de Edifícios e Economia da Construção, Geotecnia Ambiental, Mecânica dos Solos e das Rochas, Geologia de Engenharia, Geotecnia em Vias



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

de Comunicação, Processamento e Análise de Dados e Gestão das Grandes Obras Geotécnicas. Numa outra vertente, concluiu também uma especialização em Gestão no Instituto Superior de Economia e Gestão de Lisboa.

Em 1996, foi distinguido enquanto militar, com a medalha de comportamento e desempenho exemplar e com louvor, pelo Estado Maior da Força Aérea Portuguesa.

Jorge Barroso foi adjunto da Administração da Valorsul, Diretor Municipal dos Serviços Urbanos da Câmara Municipal de Almada e era, desde 2021, Diretor Delegado dos SMAS de Almada.

Quem com ele privou, destaca a sua vertente humanista e solidária, um líder incontestado e de causas, como aliás ficou demonstrado na sua vida política e partidária, enquanto militante do Partido Socialista. A sua capacidade de liderança ficou recentemente bem patente na concretização do Museu da Água, projeto que os SMAS de Almada concluíram sob a sua gestão.

Tinha como lema de vida as palavras de Winston Churchill: “Melhor lutar por algo, do que viver para nada”.

Assim a Assembleia Municipal de Almada, reunida a 20/10/2023, manifesta o seu profundo pesar pelo seu falecimento, transmitindo à sua família, em particular à sua esposa e dois filhos, aos seus amigos e a todos que com ele conviveram, as mais sentidas condolências.”

6.2.2- Voto de Pesar em Memória das Vítimas Inocentes das Ações do Hamas, apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Luís Amado Durão (PSD);

6.2.2.1 – O Senhor Deputado Municipal Luís Amado Durão (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

No dia 7 de outubro de 2023, durante o Sabat e a festividade do Regozijo da Tora, e exatamente 50 anos depois do início da Guerra do Yom Kippur, um ataque generalizado contra Israel, lançado de surpresa, a partir da Faixa de Gaza pela organização terrorista Hamas com o apoio da Jihad Islâmica da Palestina, atingiu várias cidades, vilas, aldeias e *kibutz* israelitas, instalações militares e infraestruturas civis.

Com uma escala sem precedentes, este odioso ataque, denominado pela liderança do Hamas como a "Operação Dilúvio Al-Aqsa," marcou a primeira incursão e infiltração armada hostil no território israelita desde a Guerra da Independência, há 75 anos.

A ação do passado dia 7 de outubro apanhou de surpresa as forças de Israel, cujo governo tinha recentemente acordado uma trégua com o Hamas, no passado dia 29 de setembro, mediada pelas Nações Unidas e pelos governos do Qatar e do Egito, num esforço diplomático conjunto para aliviar o atrito na fronteira de Gaza. É relevante sublinhar que Israel retirou unilateralmente da Faixa de Gaza em 2005 e, desde 2007, este território palestino vive sob o domínio autocrático do Hamas, que estabeleceu um governo palestino, não reconhecido internacionalmente.

O Hamas está oficialmente designado como uma organização terrorista pela União Europeia e por países como os Estados Unidos, o Reino Unido, o Canadá e o Japão. As atividades do Hamas estão igualmente proibidas nos países árabes vizinhos como o Egito e da Jordânia.

O Governo autoritário do Hamas tem sido alvo de críticas por parte da comunidade internacional devido à alegada prática do uso de civis palestinos como escudos humanos e à supressão sistemática de dissidência política. Estas ações têm conduzido a violações contínuas dos direitos humanos dos palestinos. Além disso, o Hamas emprega estratégias de propaganda, tanto a nível nacional quanto internacional, que contribuem para a complexidade do conflito na região e dificultam a busca por soluções políticas duradouras.

A escalada do conflito imposto pelo Hamas, que não reconhece o Estado de Israel nem o direito à sua existência, intensificou-se precisamente após o desenvolvimento de várias iniciativas de paz na região, designadamente a assinatura dos Acordos de Abraão, que a partir de 2020 estabeleceram a normalização de relações diplomáticas e económicas entre Israel e alguns países árabes, como o Bahrein, os Emirados Árabes Unidos, Marrocos e o Sudão. Sendo igualmente público que o Estado de Israel e o Reino da Arábia Saudita estavam a conduzir



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

negociações diretas para formalizar e normalizar as suas relações, negociações essas que prometiam desenvolvimentos na resolução da questão palestina, com correspondentes concessões israelitas nesse domínio.

Este ataque representa um duro revés para os contínuos esforços de estabelecimento da paz numa região que tem sofrido injustamente com a violência. É relevante salientar que este ataque não foi provocado por Israel e não foi precedido por qualquer aviso prévio ou declaração de guerra por parte dos agressores.

Neste contexto, uma tragédia de dimensões devastadoras abateu-se sobre a população israelita. Nas horas iniciais do ataque foram disparados pelo menos 2200 mísseis a partir da Faixa de Gaza, ao mesmo tempo que cerca de 1000 membros do Hamas e da Jihad Islâmica conseguiram efetuar uma incursão em território israelita. Esta invasão foi marcada por uma extrema violência, envolvendo assassinatos indiscriminados de civis, atos de tortura, raptos, bem como vários casos documentados de violação e agressão sexual contra mulheres israelitas. Um dos eventos particularmente chocantes e cruéis ocorreu no kibutz de Re'im, localizado a três quilómetros da fronteira com a Faixa de Gaza. Neste local, centenas de pessoas que participavam num festival de música, com o mote de promover a paz, liberdade, alegria, encontro e celebração, foram alvo de um ataque violento por parte das forças do Hamas. A descoberta de 260 corpos no local revelou uma cena de carnificina inimaginável e sem sentido, sendo que existem, ainda, muitos outros participantes desaparecidos, cuja única culpa foi participar num festival de música.

Uma jovem luso-israelita, Rotem Neumann, judia sefardita de 22 anos, que estava neste festival, foi uma das centenas de vítimas mortais deste atentado.

Neste momento, o Hamas mantém cativos centenas de reféns de nacionalidade israelita, bem como cidadãos de outras nações, incluindo Nepal, Filipinas, Tailândia, França, Reino Unido, Estados Unidos, entre outros, dentro da Faixa de Gaza. Esta realidade ilustra de forma inegável a disposição do Hamas em recorrer a medidas extremas para atingir seus objetivos, evidenciando, assim, seu radicalismo e o desrespeito pelos direitos humanos.

Esta abordagem não apenas compromete as perspetivas de uma solução duradoura na região, sendo um duro golpe na busca de um futuro pacífico, onde israelitas e palestinianos possam coexistir harmoniosamente na região

As ações do Hamas provocaram uma escalada de violência e uma nova onda de destruição na região de Gaza, levando à escassez de mantimentos, eletricidade, água e cuidados médicos básicos. Esta situação pode desencadear uma das maiores crises humanitárias do século XXI. É fundamental que a comunidade internacional colabore, de maneira sólida, com Israel e o Egito para estabelecer corredores humanitários e facilitar a entrega de ajuda humanitária a todos os palestinianos que, diariamente, procuram escapar do conflito e do controlo do Hamas, com o único objetivo de proteger as suas famílias e viver em paz.

Neste sentido, vem o Grupo Municipal do Partido Social-Democrata propor que a Assembleia Municipal de Almada delibere subscrever a posição de condenação inequívoca deste ataque terrorista.

Assim, propomos:

1- Expressar o seu voto de pesar pelas vítimas inocentes que morrem diariamente, sem distinguir entre israelitas e palestinianos, em resultado do ataque terrorista do Hamas contra o Estado de Israel, evocando a sua memória e a favor da paz, com um minuto de silêncio.

2- Enviar o presente voto à embaixada de Israel, em Lisboa e à Missão Diplomática da Palestina, em Lisboa."

6.2.3 – Voto de Pesar pelas vítimas da atual escalada de violência na Palestina e em Israel e de 75 anos de política de ocupação e de violência do direito internacional por parte de Israel, apresentado pela Senhora Deputada Municipal Maria Rita Magalhães (CDU);

6.2.3.1 – A Senhora Deputada Municipal Maria Rita Magalhães (CDU).

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

São profundamente preocupantes as consequências da recente escalada de violência, com inúmeras vítimas entre as populações israelita e palestina, o que merece o mais vivo repúdio e condenação.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Impõe-se parar de imediato a escalada de guerra de forma a impedir ainda mais trágicas consequências para a população palestina, martirizada por décadas de ocupação e opressão, e para a população israelita – árabes e judeus –, em luta contra as arbitrariedades do governo de Israel.

No seguimento das graves consequências já verificadas da recente escalada para as populações, são particularmente inquietantes os bombardeamentos indiscriminados, a dimensão da destruição, o corte de abastecimento de água, de alimentos e de energia à Faixa de Gaza – agravando um bloqueio imposto por Israel desde 2006, que levou a ONU a considerar as condições neste território impróprias para sustentar a vida humana, assim como a ameaça da entrada de forças israelitas, procurando colocar a população palestina entre a morte e a expulsão das suas casas.

O Governo português deve assumir uma clara posição de rejeição da escalada de guerra e em prol de uma solução política para o conflito assente no direito internacional, no cumprimento das resoluções da ONU que há décadas preveem a criação de dois Estados, no respeito pelos inalienáveis direitos nacionais do povo palestino.

Há 75 anos a Assembleia Geral da ONU aprovou um plano de partilha prevendo a criação de dois Estados no território histórico da Palestina. O Estado de Israel existe desde 1948. A criação do Estado da Palestina está por cumprir.

Ao longo de todos esses anos, Israel impôs a ocupação, violando as resoluções da ONU, como a Resolução 194 da Assembleia Geral e as Resoluções 242 e 338 do Conselho de Segurança. Não cumpriu os acordos que assinou, como o de Oslo. Desencadeou guerras, agressões, massacres do povo palestino, provocando milhares de mortos. Bombardeou e ocupou territórios de países limítrofes, como os Montes Golã da Síria. Assassinou dirigentes políticos palestinos. Encarcerou milhares de palestinos. Impôs um cruel bloqueio à população palestina na Faixa de Gaza. Inviabilizou a criação dum Estado da Palestina nos territórios ocupados em 1967, através da construção e expansão dos colonatos, que são ilegais ao abrigo da Resolução 2334 do Conselho de Segurança da ONU, e da construção do Muro de separação, considerado ilegal pelo Tribunal Internacional de Justiça.

Política de ocupação, opressão e provocação que foi gravemente intensificada pelo governo de extrema-direita de Netanyahu e pela ação de colonos israelitas, agravando a situação e conduzindo ao incremento da confrontação e da violência em Israel, na Palestina e no Médio Oriente.

A substituição dos processos políticos, assentes nas resoluções da ONU, pela negação brutal dos direitos do povo palestino, só pode conduzir ao agravamento da situação e a trágicos acontecimentos. Quem finge não ver e deixa impune a criminoso política de ocupação de Israel alimenta a escalada da violência e o perigo do seu alastramento no Médio Oriente.

A paz só será possível com justiça para o povo palestino, com o respeito pelo direito internacional, com a concretização de uma solução política através do cumprimento das relevantes resoluções da ONU, com o fim da política de ocupação e opressão por parte de Israel.

Assim, o Grupo Municipal da CDU propõe que a Assembleia Municipal de Almada delibere:

1. Manifestar o mais profundo pesar pelas vítimas da atual escalada de violência na Palestina e em Israel, assim como pelas dezenas de milhares de vítimas palestinas, sírias, libanesas, egípcias, jordanas e israelitas em resultado de 75 anos de negação dos direitos do povo palestino e de violações do direito internacional por parte de Israel.
2. Afirmar a necessidade de uma solução política que garanta a concretização do direito do povo palestino a um Estado soberano e independente, com as fronteiras de 1967 e capital em Jerusalém Oriental, e a efetivação do direito ao retorno dos refugiados, conforme as resoluções pertinentes da ONU.”



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

6.2.4 – Voto de Pesar por todas as vítimas dos ataques perpetrados pelo Hamas e pelo Estado de Israel, apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Pedro Celestino Pereira (BE);

6.2.4.1 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Celestino Pereira (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O horror da morte de civis em massa, de sequestros e prisões arbitrárias não pode deixar ninguém indiferente. Todos os ataques e sequestros de civis devem ser condenados com a determinação de fazer cumprir o Direito Internacional.

Só podemos condenar todos e quaisquer ataques militares a populações civis, tanto na Palestina, como em Israel. Só podemos prestar a nossa solidariedade com a missão da ONU na Faixa de Gaza e o seu apelo para cessar-fogo e a abertura imediata de um corredor humanitário imediato em Gaza.

Desde 7 de outubro de 2023, assistimos à intensificação do terror. Israel respondeu aos ataques do Hamas com bombardeamentos incessantes contra a Faixa de Gaza. Na manhã de 15 de outubro, são já mais de 2.300 mortos em Gaza - dos quais 724 crianças, segundo a Defense for Children International - 9 mil feridos, e 1.400 mortos em Israel.

A violência naquela região escala mais uma vez perante a impotência das Nações Unidas e a confirmada irrelevância de todos quantos, ao longo de décadas, se apresentaram como mediadores de processos que terminariam na agressão por Israel.

Israel impôs ainda um bloqueio a Gaza. São mais de 2 milhões de pessoas – cerca de metade crianças – privadas do acesso à água, eletricidade, comida, remédios e a outros bens essenciais. Isto não é defesa, é vingança.

A Amnistia Internacional expressa que a “punição coletiva da população civil de Gaza equivale a um crime de guerra — é cruel e desumana. As autoridades de Israel têm obrigação, ao abrigo do direito internacional, de garantir acesso às necessidades básicas da população”. É preciso cumprir a exceção humanitária ao cerco de Gaza pedida pela Cruz Vermelha.

Os Médicos sem Fronteiras já denunciaram os crimes israelitas direcionados a hospitais em Gaza, contra vidas civis e inocentes, com Israel a dar ordem de evacuação a mais de um milhão de pessoas no norte de Gaza em meras 24 horas. Como disseram as Nações Unidas, é uma ordem “impossível sem consequências humanitárias devastadoras”.

As Nações Unidas e as agências humanitárias estão a apelar à abertura de um corredor humanitário na Faixa de Gaza, que está sob cerco de Israel. Segundo um comunicado da ONU, publicado no dia 12 de outubro, “Gaza está à beira de ficar sem alimentos, água, eletricidade e outros suprimentos básicos. (...) O cerco não permite a chegada de ajuda do exterior para os 2,3 milhões de residentes de Gaza, que já vivem em condições precárias devido ao bloqueio de Israel.

Mais de 340.000 pessoas foram deslocadas, e os deslocamentos continuam paralelamente aos bombardeios, que continuam a causar mortes e ferimentos. Cerca de 220.000 deslocados estão abrigados em 92 escolas da Agência das Nações Unidas para os Refugiados da Palestina, uma agência que já perdeu doze membros da sua equipa. Os abrigos estão superlotados e têm suprimentos limitados de alimentos, itens não alimentares e água potável.”

Nesse sentido, os peritos da ONU destacam que “permitir intencionalmente que alguém morra de fome é um crime contra a humanidade” e que a punição coletiva constitui um crime de guerra, e “lembaram à comunidade internacional a responsabilidade de abordar as raízes do conflito, incluindo a ocupação de 56 anos e a anexação de territórios que Israel busca, e instaram a identificar maneiras viáveis de evitar novas violações do direito internacional e mais sofrimento humano e derramamento de sangue”.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Deve ser denunciada a dualidade dos critérios utilizados pelos Estados Unidos da América, pela União Europeia e pelo Governo português. Enquanto reconhecem o direito da Ucrânia à sua autodeterminação, recusam o mesmo direito basilar à Palestina. A política de criação de dois Estados foi sabotada por Israel e faliu, substituída por uma política de apartheid contra os palestinianos no Estado de Israel e de genocídio na Faixa de Gaza, isolada, frequentemente privada de água e energia, tornada a maior prisão do mundo a céu aberto.

Como o Secretário-Geral da ONU afirmou, a causa da violência é a ocupação ilegal da Palestina. O Estado de Israel continua a violar as Resoluções da Organização das Nações Unidas e a expandir-se através da violência militar generalizada e da imposição de novos colonatos em território palestiniano.

É imperioso que cesse de imediato toda a violência, que seja travada a retaliação e a punição coletiva da população da Faixa de Gaza. Só assim será possível evitar o massacre de proporções trágicas e travar o terror.

Considerando a saudação que assinalou o Dia Internacional de Solidariedade com o Povo Palestino aprovada pela Câmara Municipal de Almada na sessão ordinária de 18 de dezembro de 2018

Considerando o Voto de Condenação Pela crescente violência nos territórios palestinianos aprovado pela Câmara Municipal de Almada na sessão ordinária de 17 de maio de 2021;

Considerando a moção do Dia Internacional de Solidariedade com o Povo Palestino aprovada pela Câmara Municipal de Almada na sessão ordinária de 5 de dezembro de 2022;

O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Almada reunida em 20 de Outubro de 2023 delibere:

1. Condenar todos os ataques a populações civis perpetrados pelo Hamas e pelo Estado de Israel;
2. Condenar o ataque a instalações e a morte de 23 elementos da ONU envolvidos em missões humanitárias pelos bombardeamentos israelitas na faixa de Gaza;
3. Condenar a política de punição coletiva contra a população de Gaza;
4. Subscrever o apelo da ONU para a negociação de um cessar-fogo imediato que, em respeito pelo direito internacional, inclua a libertação de reféns civis e a abertura de um corredor humanitário na Faixa de Gaza
5. Fazer um minuto de silêncio em solidariedade com as populações civis vítimas dos ataques militares na Palestina e em Israel."

6.2.5 – Voto de Pesar pelas vítimas civis do conflito entre Israel e a Palestina, apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Daniel Alexandre Silva (PS).

6.2.5.1 – O Senhor Deputado Municipal Daniel Alexandre Silva (PS):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O conflito entre Israel e a Palestina é dos mais complexos e antigos no Médio Oriente. Como todos os conflitos, tem causas próximas que explicam cada uma das irrupções e raízes profundas que explicam a sua permanência. Decorre de fatores históricos, religiosos, políticos, geopolíticos e geoestratégicos.

No dia 7 de outubro o Hamas levou a cabo diversos ataques em cidades israelitas próximas da Faixa de Gaza e do centro de Israel, com recurso ao lançamento de milhares de *rockets* contra centros populacionais israelitas, matando, ferindo e raptando inúmeros civis israelitas indefesos.

Estes brutais ataques terroristas, levados a cabo pelo Hamas sobre civis, merecem uma condenação clara e inequívoca.



MUNICÍPIO DE ALMADA **Assembleia Municipal**

O Estado de Israel, pela voz do seu Primeiro-ministro Benjamin Netanyahu, declarou guerra ao Hamas, lançando uma ofensiva incessante sobre a Faixa de Gaza.

Desde então, inúmeras estruturas civis foram destruídas por bombardeamentos israelitas e um bloqueio total foi decretado. Os habitantes de Gaza, mais de metade crianças, a quem as autoridades israelitas têm negado assistência humanitária, veem-se hoje privados do acesso a água potável, comida ou energia.

A atual situação caminha para uma catástrofe humanitária e de saúde pública, estando os hospitais de Gaza, já depauperados, sem equipamento médico vital, numa altura em que os médicos lutam para tratar milhares de feridos graves.

No passado fim-de-semana, o Secretário-geral da Organização das Nações, António Guterres, afirmou que o Médio Oriente está à "beira do abismo" e fez dois apelos humanitários:

“Para o Hamas, os reféns devem ser libertados imediatamente e sem condições.

A Israel, deve ser concedido acesso rápido e desimpedido à ajuda humanitária para fornecimentos humanitários e trabalhadores, para o bem dos civis em Gaza.

Gaza está a ficar sem água, eletricidade e outros fornecimentos essenciais. As Nações Unidas têm reservas disponíveis de alimentos, água, produtos não alimentares, material médico e combustível, localizadas no Egipto, na Jordânia, na Cisjordânia e em Israel. Essas mercadorias podem ser despachadas em poucas horas. (...)

Cada um destes dois objetivos é válido por si só. Não devem tornar-se moeda de troca e devem ser implementadas porque é a coisa certa a fazer.”

Posteriormente, o Secretário-geral da ONU acrescentou “Os civis têm de ser sempre respeitados e protegidos e os edifícios civis nunca devem ser alvos, mas já temos indicações de que mísseis israelitas atingiram edifícios médicos em Gaza, prédios residenciais e uma mesquita. Também foram atingidas duas escolas da Agência das Nações Unidas para Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente (UNRWA) que albergavam famílias desalojadas.”, indicando há já pelo menos 137 mil pessoas refugiadas em edifícios da ONU, número que continua a aumentar.

Segundo a Secretária-Geral da Amnistia Internacional, Agnès Callamard, “as autoridades israelitas devem restabelecer imediatamente o fornecimento de eletricidade a Gaza e suspender as restrições acrescidas”.

“A punição coletiva da população civil de Gaza equivale a um crime de guerra — é cruel e desumana. As autoridades de Israel têm a obrigação clara, ao abrigo do direito internacional, de garantir o acesso às necessidades básicas da população civil de Gaza”, afirmou ainda a Secretária-Geral.

No dia 18 de outubro, o número de mortos no conflito situava-se já em cerca de 1400 israelitas e cerca de 3500 palestinianos, quando as mais recentes notícias dão conta de que cerca de 500 pessoas morreram após o ataque a um Hospital em Gaza, mais um exemplo da violência indiscriminada que se abate sobre aquela região.

O caminho para a paz não será possível sem políticas que assegurem o respeito e a convivência entre o povo israelita e palestiniano.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada delibera:

1 - Condenar de forma absoluta e inequívoca os ataques terroristas levados a cabo pelo Hamas em Israel no passado dia 7 de outubro;



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

2 - Condenar a resposta desproporcionada levada a cabo pelo Estado de Israel que inclui o bloqueio de assistência humanitária e o bombardeamento de infraestruturas civis que levaram já à morte de milhares de palestinianos na Faixa de Gaza;

3 - Subscrever o apelo da ONU para a negociação de um cessar-fogo imediato que, em respeito pelo direito internacional, inclua a libertação de reféns civis e a abertura de corredores humanitários na Faixa de Gaza;

4 - Expressar o mais profundo pesar pelas vítimas civis deste conflito;

5 - Afirmar a necessidade de uma solução política que garanta a existência de dois estados e a concretização do direito do povo palestiniano a um Estado viável, soberano e independente, com as fronteiras de 1967, em conformidade com as resoluções da ONU.”

6.3 – Para apresentar declarações de voto usaram da palavra os Senhores Deputados Municipais José António Rocha (BE), João Eduardo Gerales (CDU), António Pedro Maco (CDS-PP), Nuno Alexandre Mendes (CHEGA) e a Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS).

6.3.1 – O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas deixar algumas notas sobre o sentido de voto da bancada do Bloco de Esquerda.

Queremos naturalmente, associarmo-nos ao voto de pesar pelo falecimento de Jorge Barroso, manifestar o nosso profundo pesar, endereçar aos amigos, ao Partido Socialista e em particular aos familiares, os nossos sentidos pêsames e a nossa solidariedade num momento tão difícil e tão doloroso.

Associamo-nos aos votos de pesar apresentados pelo Partido Socialista e pela CDU, pelas vítimas do conflito entre Israel e a Palestina.

Não podemos, nem queremos, associarmo-nos ao voto de pesar apresentado pelo Partido Social Democrata.

O Bloco de Esquerda tem de forma reiterada, manifestado publicamente a sua indignação pelos crimes de guerra cometidos pelo Hamas. O que não podemos, nem queremos, é ignorar todo um passado de invasões, bombardeamentos, de massacres cometidos por Israel ao longo dos anos que têm causa a perda de tantas vidas do povo da Palestina. O PSD ignora.

O que está escrito no voto de pesar apresentado pelo Partido Social Democrata, limpa por completo, a pressão exercida sobre o povo da Palestina ao longo da história.

Legitima por completo o caminho para a invasão da Palestina e não aponta em nenhum parágrafo, em nenhuma linha e em nenhuma frase, o caminho para a paz.

Não diz, que Israel ignora simplesmente, os apelos feitos pelo Secretário-Geral da ONU, para o cessar fogo e a procura de um caminho para uma solução equilibrada.

Gaza vive uma profunda crise do ponto de vista humanitário e Israel põe em causa a ajuda humanitária ao povo da Palestina.

Historicamente, o Bloco de Esquerda reconhece o direito à autodeterminação da Palestina. Perante um país que ocupa, que oprime, que mata e que recusa o reconhecimento de um povo à sua liberdade, à sua autodeterminação.

A nossa bancada irá votar contra o voto de pesar apresentado pelo Partido Social Democrata.”

6.3.2 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Gerales (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Para dar a indicação sobre o sentido de voto da CDU relativamente aos diferentes documentos que estão em discussão.

A CDU associa-se naturalmente, ao voto de pesar apresentado pelo Partido Socialista relativamente ao falecimento do Eng.º Jorge Barroso, expressando obviamente, os mais profundos sentimentos à família, e ao Partido Socialista relativamente a este infausto acontecimento.

A CDU votará favoravelmente, a proposta de voto de pesar apresentada pelo Partido Socialista relativamente à situação na Palestina.

Votará a favor da proposta do Bloco de Esquerda relativamente ao mesmo tema, e irá votar contra a proposta apresentada pelo PSD, ainda neste tema.

E relativamente a esta proposta, entendemos que o PSD nos apresenta aqui um texto completamente inútil.

Completamente inútil, porque é um texto revanchista, é um texto carregado de ódio, que apenas incentiva a guerra, e não tem uma única palavra de incentivo à paz.

Não vou perder tempo sequer com os recentes acontecimentos na sequência do ato terrorista e altamente condenável do Hamas, no passado dia 7 de outubro, que Israel desencadeou relativamente à Faixa de Gaza, mas não apenas à Faixa de Gaza, também na Cisjordânia. Não vou perder tempo com esses acontecimentos. Mas, vou aqui fazer quatro citações, para que o PSD, embora não tenha esperança que isso aconteça, possa localizar melhor o problema de Israel e da Palestina e não nos apresente documentos inúteis como aquele que nos apresentou aqui.

Do Historiador Israelita Zeev Sternhell, escreveu em 2002: “Não esqueçamos que de facto, foi Israel que criou o Hamas. Pensou que era uma boa maneira e inteligente, para empurrar os Islamitas contra a OLP”. Esse Senhor é Historiador e Professor na Universidade Judaica de Jerusalém.

Duas citações ainda mais significativas: “Eles apenas veem uma coisa, chegamos e roubamos-lhes o país, porque é que eles aceitariam isso?” E a segunda: “Não ignoremos a verdade entre nós, politicamente somos os agressores e eles defendem-se”. O autor destas duas citações, é Ben-Gurion, Fundador e Primeiro Presidente do Estado de Israel.

Um antigo Primeiro Ministro de Israel, Moshe Dayan, afirmou em 1956, num discurso quando era Presidente do Governo: “Porque devemos deplorar o seu ódio evidente por nós?” Referia-se aos palestinianos. “Perante os olhos dos refugiados de Gaza, temos transformado as suas terras, as suas aldeias onde eles e os seus pais viveram, em propriedade nossa.” Estas palavras foram ditas por Moshe Dayan há 67 anos.

Finalmente, uma citação mais recente, O jornal de grande circulação israelita ARREST, deu conta na sua edição de 9 de outubro, dois dias depois de ter sido desencadeado o ato terrorista do Hamas, de uma reunião ocorrida entre o atual Primeiro Ministro Israelita Netanyahu e o Grupo Parlamentar do seu partido Likud, no Parlamento de Israel, durante a qual o Primeiro Ministro disse isto: “Quem queira impedir o estabelecimento de um Estado Palestino, tem de apoiar o fortalecimento do Hamas, e a transferência de dinheiro para o Hamas, isso faz parte da nossa estratégia, isolar os palestinianos de Gaza e os palestinianos da Cisjordânia”.

Eu quero acreditar, que estas simples citações, de responsáveis israelitas do mais alto nível, possam fazer o PSD refletir sobre aquilo que nos trouxe hoje aqui.”

6.3.3 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O CDS-PP vai neste caso, votar favoravelmente e associar-se ao voto de pesar pelo falecimento do Eng.º Jorge Barroso.”

6.3.4 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Iremos nos associar ao voto de pesar pelo falecimento do Eng.º Jorge Barros, à sua família, esposa, filhos e amigos, as nossas mais sentidas condolências.

Queria também aproveitar o momento para solicitar que a proposta nº 5 fosse votada por pontos.”

6.3.5 – A Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Nós entendemos que esta questão que aqui trouxe quatro documentos distintos, é uma questão bastante séria e com a qual nós estamos obviamente disponíveis e entendemos que não deve ser motivo para estarmos numa disputa política, porque entendemos que o mais importante é efetivamente expressar o pesar pelas vítimas que este conflito já trouxe.

Nós entendemos e concordamos com a generalidade de todos os votos de pesar que foram apresentados, mas entendemos obviamente que, aquele que nós apresentamos é o mais equilibrado e aquele que efetivamente espelha a posição do Partido Socialista, em que obviamente é referido que qualquer ataque aos direitos humanos, qualquer não respeito por aquilo que é o direito internacional, deve ser obviamente, motivo de repúdio, seja quem for o autor desses atos.

Por isso, não inviabilizaremos obviamente, nenhum dos votos que foram apresentados. Iremos nos abster em relação a todos votando a favor do nosso, reiterando de facto, é a posição que defendemos e que entendemos que deve ser aprovada.”

6.4 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum, passou-se à votação dos votos de pesar, tendo-se verificado os seguintes resultados:

6.4.1 – O Voto de Pesar em Memória das Vítimas Inocentes das Ações do Hamas, foi rejeitado com 15 votos contra sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE e 1 do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica eleito independente; 17 abstenções sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 1 da eleita do PAN; 6 votos a favor, sendo 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, e 1 do eleito do CDS-PP:

6.4.2 – O Voto de Pesar pelas vítimas da atual escalada de violência na Palestina e em Israel e de 75 anos de política de ocupação e de violência do direito internacional por parte de Israel, foi aprovado por maioria com 15 votos a favor sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 da eleita do PAN; 17 abstenções sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 1 do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica eleito independente; 6 votos contra sendo, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 do eleito do CDS-PP.

6.4.3 – O Voto de Pesar por todas as vítimas dos ataques perpetrados pelo Hamas e pelo Estado de Israel, foi aprovado por maioria com maioria com 15 votos a favor sendo 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 da eleita do PAN; 17 abstenções sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 1 do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica eleito independente; 6 votos contra sendo , 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 do eleito do CDS-PP.

6.4.4 – O Voto de Pesar pelo Falecimento de Jorge Manuel Caldeira Barroso foi aprovado por unanimidade.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

6.4.5 – O Voto de Pesar pelas vítimas civis do conflito entre Israel e a Palestina foi votado por pontos, tendo-se verificado os seguintes resultados:

6.4.5.1 – Os Considerandos e o ponto 1 foram aprovados por unanimidade.

6.4.5.2 – O ponto 2 foi aprovado por maioria com 32 votos a favor sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 da eleita do PAN, 1 do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica eleito independente; 6 votos contra sendo, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 do eleito do CDS-PP.

6.4.5.3 – Os pontos 3 e 4 foram aprovados por unanimidade.

6.4.5.4 – O ponto 5 foi aprovado por maioria com 35 votos a favor sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 11 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 da eleita do PAN, 1 do Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica eleito independente; 3 votos contra sendo, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 do eleito do CDS-PP.

6.5 – Seguiu-se um minuto de silêncio, proposto pelo Senhor Presidente da Assembleia.

6.6 – Para apresentar uma Declaração Política usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA).

6.6.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

No dia 7 de outubro, sábado, em que se celebrava o feriado judaico Simchat Torá, o Hamas levou a cabo um ataque em larga escala contra Israel. Milhares de roquetes foram disparados a partir da Faixa de Gaza, contra o território israelita. Enquanto centenas de membros deste grupo penetravam em Israel por terra, mar e água, sequestrando e raptando civis e militares, ceifando vidas barbaramente. Neste dia, o Hamas deixou um rasto de destruição e centenas de mortos israelitas e de outras nacionalidades. Havendo ainda registo de um número indeterminado de reféns e sequestrados.

O Hamas é um grupo terrorista, este ataque teve como objetivo provocar terror, este ataque foi filmado em diversos momentos para provocar o terror e o pânico. O Hamas recusa-se a reconhecer a existência do Estado de Israel, o único estado democrático da região. E nutre ódio contra a existência de um estado judaico e contra os próprios judeus, tal como mais radicais, nazis do Terceiro Reich. Mataram judeus porque eram judeus, regozijando-se com a morte de pessoas inocentes e apelaram a assassinatos de judeus onde quer que eles se encontrem.

O CHEGA condena veementemente este ataque, a barbárie e a desumanidade nada fazem pelas aspirações dos palestinianos, que procuram uma solução para o conflito. Pelo contrário, geram vítimas inocentes entre a população e vem contribuir diretamente para o agravamento da tensão existente no Médio Oriente. O que também constitui um dos objetivos do Hamas.

O CHEGA manifesta o seu pesar e a sua solidariedade para com o povo israelita, firmando o seu reconhecimento do direito do Estado de Israel a defender-se contra atos de terrorismo no quadro do Direito Internacional. Não nos devemos esquecer que o moderno Estado de Israel, é atacado desde a sua fundação em 1948. E só depois da derrota militar alguns estados como o Egito, reconheceram o direito à existência de um Estado Judaico.

O CHEGA, apela ao fim das hostilidades e à libertação de todos os reféns e sequestrados, com vista ao restabelecimento do diálogo e à construção de estabilidade na região através da garantia da coexistência pacífica de dois Estados.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Shalom Israel.”

7 – Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia.

7.1 – Entrou-se no ponto 3.1 da agenda, relativo ao Debate sobre o Estado do Município;

7.2 – Para abrir o debate usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal, nos termos do nº 2, do artigo 70º, do Regimento da Assembleia Municipal.

7.2.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Quero começar por agradecer todas e todas os Senhores/as Deputados/as Municipais, que aceitaram o desafio de criarmos uma Sessão especial da Assembleia Municipal, para debatermos o presente e o futuro do nosso Município, neste ano especial em que comemoramos os 50 anos de elevação de Almada a Cidade.

Não se trata de reproduzir os debates que sempre fazemos aquando da apresentação da Informação Municipal, nunca minimizando a função de fiscalização das políticas municipais por parte dos Deputados Municipais desta Assembleia Municipal, creio ser particularmente importante, em momentos de incerteza como os que estamos a viver, ao nível mundial, criar espaços onde se confrontam os diversos projetos e visões que temos para o nosso Município.

É, pois, com muito gosto, que me dirijo a esta Assembleia Municipal, para refletir sobre o estado do Município e as perspetivas que temos para o seu futuro.

Como já referi, face a um momento de enorme incerteza internacional, a expectativa de uma recuperação mais ou menos acelerada depois da pandemia, foi com a invasão da Ucrânia pela Rússia a 24 de fevereiro de 2022, substituída por um clima geral de incerteza, sobre a duração da guerra e a eventualidade de uma escalada do conflito sobre a persistência das perturbações no fornecimento de energia e outros bens à escala global, sobre a capacidade das autoridades de política económica para conterem o aumento dos preços, sem provocarem uma recessão, sobre a instabilidade financeira internacional.

O cenário geopolítico, tornou-se ainda mais complexo com o deflagrar com uma nova guerra no Médio Oriente, entre Israel e Gaza, cujas consequências são hoje imprevisíveis.

Ainda assim, no momento em que me dirijo a esta Assembleia Municipal, as perspetivas para a economia portuguesa, são ainda de recuperação.

No que toca ao Município de Almada, como o demonstram os dados e o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses respetivo a 2022, continuamos numa trajetória positiva, tendo recuperado plenamente dos anos de pandemia.

Apesar do contexto adverso, Almada continua a firmar-se como uma grande área de expansão e desenvolvimento da Área Metropolitana de Lisboa.

Ainda muito recentemente estivemos com uma delegação de investidores, num grande certame internacional a Expo Real de Munique e podemos constatar que estas minhas palavras que o futuro de Lisboa era em Almada, já passaram das intenções ou perspetivas otimistas de autarca, para serem uma realidade em curso.

Partilhamos alguns dos primeiros projetos do Innovation District, projetos de requalificação da nossa zona Ribeirinha como o da Quinta da Arealva, grandes investimentos ao nível da habitação como o projeto Almar ou o grande projeto turístico da Quinta do Robalo, que por estar em terreno da reserva Ecológica Nacional, vai ser estou certa, um marco como projeto económico e ecologicamente sustentável.

Claro que estou apenas a citar alguns dos projetos privados, sobre os investimentos público falarei já a seguir.

Em termos de dinamismo económico a todos os níveis, é claro que é com muita satisfação que vemos a Costa da Caparica, ser a única presença portuguesa este ano segundo a Time Out, no ranking dos sítios mais cool da



MUNICÍPIO DE ALMADA **Assembleia Municipal**

Europa. Nós estamos naturalmente a sobrevalorizar a importância destes rankings, mas também não devemos ignorar que estes são sinais de um dinamismo que deve ser reconhecido e incentivado, assim como da concretização de um dos nossos grandes compromissos que é o projeto “Costa Todo o Ano”. Para se estar no top dos culdes, não basta sê-lo, é fruto de muito trabalho. Em primeiro lugar dos empresários a quem agradeço a entrega e perseverança, mas também das políticas locais, seja de requalificação do espaço público, das vias estruturantes, no reforço do transporte público, da oferta cultural, ou mesmo da importantíssima medida de uma vigilância das nossas praias durante todo o ano.

Quero com isto dizer, que já atingimos os nossos objetivos nesta área? Claro que não. Mas são indicadores de um movimento e de um dinamismo que não devam ser travados. Tanto o Novo PDM como a plena adaptação do Plano de Ordenamento da Orla Costeira, e naturalmente, a extensão do Metro até à Costa da Caparica, são fatores decisivos para a qualificação e desenvolvimento da nossa frente marítima em particular e do nosso Concelho no seu todo.

Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/a Municipais,

Não é possível falar de desenvolvimento em Almada omitindo um dos seus maiores desafios, a habitação. Não vale a pena estar aqui a esmiuçar as oportunidades perdidas do passado, como a fraca execução do Programa PER, ou a falta de manutenção e fiscalização, eu diria mesmo, de gestão do nosso parque habitacional municipal. Também nesta matéria importa dar conta do movimento iniciado e que irá muito para além dos prazos estabelecidos pelo PRR. Também não vale pena alongar-me muito mais em todo o trabalho já realizado desde 2018, iremos certamente falar nele num período de perguntas e respostas.

E os Senhores e as Senhoras Deputados sabem bem, que foi necessário começar pelo básico, foi necessário garantir maior transparência e equidade social, com a criação de um regulamento na atribuição da habitação pública, iniciar o processo de regularização de rendas e ser firme no caso das ocupações.

Uma vez o básico garantido era fundamental responder à nove geração de políticas de habitação, que tanto o Governo como o Município, iniciaram em 2018. Já muito se disse sobre a falta de investimento na habitação pública em Portugal nas últimas décadas, mas importa não só alterar essa falta de investimento investindo, como importa também mudar a forma como encaramos esses mesmos investimentos. Não podemos continuar a ter políticas apenas reativas. Não são políticas para os pobres, aqueles que isolamos em guetos longe da vista, longe do coração como diz o povo. As novas políticas de habitação, não só reconhecem que o problema da habitação não afeta penas os mais vulneráveis, mas crescentemente, também as famílias de médio rendimento, mas sobretudo afirmam-se como um instrumento fundamental para um desenvolvimento harmonioso equitativa e até ambientalmente sustentável, das nossas cidades. São ainda fundamentais, para responder à pressão crescente sobre os grandes centros urbanos, para combater o agravamento das desigualdades, das discriminações e fundamentais como reguladores do mercado e até para a sustentabilidade do nosso estado social.

A nossa Estratégia Local de Habitação, tem por isso mesmo três objetivos estratégicos, melhor a coesão social e territorial, aumentar a competitividade e melhorar a qualidade do habitat e são esses três objetivos estratégicos que desde o início da nossa presença aqui em Almada, estiveram na base seja do protocolo que assinamos com IHRU do Almada Poente, seja nos projetos dos noventa e cinco fogos que estão a concluir, seja no projeto dos cento e quarenta fogos para as terras da Costa.

Importa ainda referir as normas prevista na revisão do PDM, em que deve constar 10% de habitação pública nos investimentos de maior dimensão a reverter para o Município. Já para não falar na estratégia das AUGI, também aqui para criar, inserir e integrar.

Graças ao PRR, temos a garantia de um financiamento fundamental para a concretização da estratégia, mas é verdade, que também veio criar uma pressão temporal e exigências nomeadamente, em termos de construção, que tem um fortíssimo impacto no custo das empreitadas. Mas vem também abrir novas possibilidades de financiamento para além do 1º Direito, seja para a criação de residências de estudantes, algo que estamos a



MUNICÍPIO DE ALMADA **Assembleia Municipal**

fazer também, seja para equipamentos de saúde, seja para a reabilitação do parque escolar. E só estou a citar os maiores investimentos, que concretizam outros dos grandes processos em curso, uma das tais grandes reformas que todos apelam, mas que por fim este Governo está a concretizar, que é a transferência de competências.

A Lei 50 define um quadro legal de transferências que abrange cerca de duas dezenas diárias, sendo naturalmente a educação, a ação social e a saúde as mais complexas até pela sua dimensão.

Desde o início que afirmamos a nossa concordância com este processo. Mas também afirmamos que só o faríamos com a garantia de poder responder com qualidade, pois acreditamos na importância das políticas de proximidade. E por isso, seja diretamente, seja via área Metropolitana de Lisboa, seja na Associação Nacional dos Municípios Portugueses, temos sido incansáveis para garantir os meios necessários para que este processo atinja os objetivos pretendidos. E a nossa realidade local, tem provado que é possível.

No âmbito da educação, fizemos sem dificuldades e sem sobressaltos, a integração de oitocentos trabalhadores escolares no quadro do Município. Mas também ao nível da gestão dos agrupamentos escolares não houve qualquer sobressalto. Pelo contrário, não só elaboramos em conjunto a nova Carta Escolar, que apresenta soluções para resolver muitos dos desequilíbrios existentes no nosso território, como garantimos financiamento para a tão necessária reabilitação do nosso parque escolar.

Na área social, o processo de transferência de competências, não só permitiu criar respostas de proximidade em 100% do território, contra apenas 40% anteriormente, como veio alterar a forma como é feito o acompanhamento social. Antecipando-nos ao Governo, criamos com os nossos parceiros a quem muito agradeço, todas as IPSS,s que se associaram, a figura do Gestor de Caso, que permite um acompanhamento mais humanizado, de todos os que venham a precisar de apoio seja ele qual for.

Também criamos a figura dos CRIA – Centro de Resposta Integrada de Almada, onde políticas sociais e políticas de saúde, se cruzam e se articulam. A grande mais valia desta estratégia, é que este atendimento social passou a ser feito na ótica das pessoas e não da medida de que são beneficiários.

Acreditamos numa política de proximidade, porque queremos uma Almada que cuida, cuida das pessoas, dos animais, do território, do nosso património natural e cultural.

Nesse sentido, permitam-me que saliente o reforço que demos ao nível da Proteção Civil. Reforço ao nível dos seus operacionais, com a criação de quatro equipas e da equipa de Sapadores, reforço de articulação com os nossos Bombeiros, com a criação de contratos-programa que lhes garantem estabilidade e previsibilidade de financiamento, reforço de respostas específicas com a criação no âmbito da Comissão de Proteção Civil, de quatro subcomissões para criar respostas mais eficazes e especializadas. São elas a subcomissão para a segurança e proteção animal, a da prevenção de acidentes graves das indústrias, a plataforma local de redução de riscos de catástrofe e uma subcomissão muito importante para os casos sociais e de saúde complexos.

Queremos uma Almada que seja inclusiva, que valorize e dê a todos os seus cidadãos, dos mais carenciados aos mais desfavorecidos, a capacidade de usufruírem integralmente, de uma vida digna, nomeadamente no acesso à habitação, ao comércio, aos transportes, e ao usufruto do espaço comum, pois só assim, poderemos ter uma Almada empreendedora, com capacidade de manter empresas e empregos e de atrair novas empresas, novos empregos e favorecer a instalação de novas atividades que todos desejam. E só assim, também valorizando o nosso património académico, as nossas Universidades que são referência, o podemos fazer.

Cuidar e inovar, não são incompatíveis, pelo contrário, são interdependentes, não nos contentamos em anunciar grandes empreendimentos e projetos, importa cuidar do que já existe e do que amamos.

Por isso investimos na construção necessária, mas não descuidamos a necessidade de recuperar, requalificar, reabilitar.

Permitam-me que dê como exemplo, pela sua atualidade, mas também pelo seu simbolismo, o restauro do Monumento ao Associativismo, que inauguramos na semana passada. Uma obra pública ímpar e única no país,



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

dos maiores monumentos em cerâmica, uma fonte com um sistema hidráulico de extrema complexidade cujo o restauro envolveu todos, a artista, a academia, naturalmente o Município e o empreiteiro. Uma obra que dez anos após a sua inauguração já apresentava sinais alarmantes de desgaste e estava definitivamente desligada desde 2013. Dez anos. Um restauro que devolveu aos almadenses um dos seus monumentos mais querido.

Cuidamos como cuidamos e reabilitamos os Paços do Concelho, devolvendo a dignidade que esta casa do povo merece. Como estamos a reabilitar o Jardim Alberto Araújo, após termos cuidado e reabilitado outra obra única, o Paineiro do Grande Mestre Manuel Cargaleiro;

Como cuidamos de Cacilhas, da rua dos Pescadores, da frente urbana da Costa com a criação do Parque Atlântico, como dignificamos já um pouco mais o Centro Sul com a criação do novo parque de estacionamento do Parque da Paz e a sua expansão para o Pragal;

Como cuidamos da 377 da Estrada Florestal, da Avenida do Mar, só para citar alguns dos eixos mais estruturantes. Começamos a cuidar da Cova da Piedade, com a reabilitação do Jardim, e continuamos na Romeira com o projeto da Loja do Cidadão;

Como estamos a cuidar finalizando os projetos de reabilitação da antiga sede da EDP;

Como estamos a cuidar do nosso parque habitacional, trezentas e quatro habitações em quatro anos, quarenta das quais com reabilitações integrais.

Uma Almada que cuida, e uma Almada que valoriza a cultura como elemento central da sua marca identitária, uma marca da sua capacidade competitiva e mais valia económica. E por isso, para além de consolidar grandes eventos como o Festival de Teatro de Almada, ou o Sol da Caparica, reforçamos em todas as dimensões a oferta cultural, com a criação da Casa da Dança, do Está Tudo em Festa, a primeira edição do Sumol, ou cuidamos também, e isso é para mim uma grande satisfação, do Festival dos Capuchos, após vinte anos de interrupção.

Mas para concluir acreditamos ainda que não basta cuidar, é preciso partilhar, por isso apostamos em todos os temas participativos, no Orçamento Participativo Jovem, no Orçamento Participativo para todos e também estamos a criar novos processos participativos como o projeto do Meu Bairro. Almada não pode apostar na qualidade de vida, na justiça, na economia, se não apostar também seriamente no ambiente. O ambiente não é uma peça desgarrada, o ambiente está no coração da nossa ação, do nosso planeamento urbanístico e da nossa administração urbanística.

O que eu quero transmitir é que desde 2017, estamos a cumprir os compromissos que assumimos perante os almadenses, porque Almada pode e vai e está a cumprir o seu ideal. Um ideal que transmitimos no nosso lema “Território de Muitos” é reconhecendo a diversidade, é reconhecendo e respeitando a diversidade, que lutamos pela igualdade. E Almada continua a crescer, continua a bater-se, continua a evoluir, sempre fiel aos seus valores.”

7.3 – Iniciou-se o debate nos termos do nº 3, do artigo 70º, do Regimento da Assembleia Municipal;

7.4 – Usou da palavra a Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP);

7.4.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, fez-nos aqui como já nos habituamos, um conjunto de explanações relativamente áquilo que a Senhora Presidente entende que é o Município. Aquilo que nós entendemos, não vamos dizer que é um estado caótico, evidentemente que não, para não entrar em demagogia, mas é um estado estagnado. Muitos planos, muitos anúncios, muitas propostas, muita propaganda, mas desenvolvimento muito pouco ou muito pouquinho como diria o Senhor Primeiro Ministro.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

A Senhora Presidente falou aqui de um ranking da Costa da Caparica, de um bairro cool, eu não sei se estava a referir ao bairro de barracas que temos ainda na Costa da Caparica e que a Senhora Presidente ainda não conseguiu resolver. Mas já que falou aqui do ranking, vamos então falar do ranking a sério.

A Senhora Presidente conhece com certeza a Bloom Consulting. A Bloom Consulting, vem exatamente desdizer aquilo que a Senhora Presidente apresentou aqui. Como a Senhora Presidente deve saber, a última apresentação que a Bloom Consulting fez relativamente ao Município de Almada, concluiu que Almada baixou no ranking em várias áreas, sendo um sinal que o Concelho perdeu competitividade e atratividade. Senhora Presidente, Almada sofreu um tombo. Foram um tombo de nove posições e vamos ainda considerar então aqui muito rapidamente.

A nível dos negócios Almada desceu dez posições, está neste momento 23ª, atrás de Mafra, Torres Vedras, Maia e Barcelos. Para visitar Almada, onde se inclui também o turismo, desceu seis posições, encontrando-se inexplicável 27ª posição, quem diria.

Para viver, para atrair pessoas para o Concelho, para atrair também investimento, Almada desce nove posições, 18º lugar.

Senhora Presidente, é preciso mais ambição, mais ação e sobretudo vontade de fazer que, entendemos e entendem também os almadenses, por aquilo que é a prática, não tem essa vontade.

Depois fala aqui em projetos que estão adiados, que estão na gaveta, alguns não dependem diretamente da Senhora Presidente, a Margueira, o Ginjal, as AUGI, a Costa da Caparica que está esquecida, a Fonte da Telha, o projeto da Romeira, a antiga EDP, continuamos sem saber o que se passa, as piscinas de São Paulo, etc. etc.

E já agora Senhora Presidente, porque nós também temos memória, relembramos aqui aquelas que foram as palavras ditas pela Senhora Presidente a um órgão de comunicação social, que dizia o seguinte, isto relativamente à Fonte da Telha: “Vamos ter de arranjar soluções no que respeita à população da Fonte da Telha, onde temos uma comunidade piscatória que tem direitos naquele espaço e os planos que estavam feitos, não tinham em conta essa realidade”.

Senhora Presidente, aquilo que eu pergunto e a Senhora Presidente já leva seis anos de mandato, já tem esses planos? Quando pensa que os vai executar?

Já não vamos falar, já foi chão que deu uvas relativamente aquilo que é a extensão do Metro à Costa da Caparica, ao qual foi engana com certeza elo Senhor Primeiro Ministro e também está aqui nas suas declarações.

Termino com a pergunta: qual é a estratégia que a Senhora Presidente tem para o Concelho? Uma estratégia a sério? Quer para o desenvolvimento da economia, competitividade e também para o turismo.”

7.4.2 – Usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal para prestar esclarecimentos ao Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP).

7.4.2.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu penso que não é Almada que está estagnada, mas os argumentos do Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco é que não só parecem estar estagnados como são um pouco repetitivos. Portanto, eu não sequer tenho tempo suficiente para voltar a repetir tudo aquilo que já lhe expliquei várias vezes, como deve imaginar todos os planos e estratégias em termos do desenvolvimento do território em várias áreas, estão no projeto do PDM que eu penso que o Senhor Deputado, não sei se já teve ou não a ocasião de o ler e que já está em fase de finalização, estão explanados naturalmente naquele que é o nosso programa eleitoral que eu penso que também já terá lido e, portanto, vê-se que é claro e são concretizados todos os anos nas nossas grandes Opções do Plano.

Portanto, Senhor Deputado, eu posso voltar a ler tudo aquilo que são os nossos objetivos e intenções.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Outra questão é também dar nota que, relativamente por exemplo, à EDP, eu penso que o Senhor Deputado inclusivamente, até já viu a maquete do projeto. Portanto, tenho um arquiteto a finalizar o projeto, não sei se quer continuar a negar o óbvio, o projeto está feito, aguardamos o final do projeto para poder lançar a empreitada.

Relativamente à Fonte da Telha, isso exigiria um pouco mais de tempo, porque era preciso que o Senhor Deputado se desse ao cuidado de ir ler uma grande alteração que houve que foi de facto o Plano de Ordenamento da Orla Costeira, que põe em causa aquilo que eram os planos iniciais previstos para a Fonte da Telha. Dar nota que, houve um Plano de Pormenor que foi anulado ainda antes de nós chegarmos e que sim, a nossa luta é e está também em parte no PDM, é preservar um espaço para a comunidade piscatória que é muito mais numerosa do que aquela que inicialmente estava prevista.

Eu posso continuar a explicar essas coisas todas, mas como eu sei que o Senhor Deputado rapidamente vai esquecer tudo o que eu digo e nas próximas sessões vai rerepresentar a mesma intervenção que já fez penso eu, umas quatro ou cinco vezes, se calhar o melhor é eu passar por escrito a minha resposta e cada vez leio-lhe a mesma coisa. O que me incomoda Senhor Deputado, é que eu estranho, a nossa estratégia não mudou desde o mandato anterior, a sua posição é que pelos vistos se alterou, aproximando-se cada mais do seu vizinho."

7.5 – Usou da palavra a Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN);

7.5.1 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Estamos aqui hoje reunidos para discutir o Estado do Município e gostaria de iniciar a minha intervenção com uma pergunta à Senhora Presidente da Câmara. De zero a dez, como avalia o desempenho do executivo nas áreas social, ambiental e animal? Ao longo das várias reuniões temos visto muitos autoelogios e muitas críticas da oposição, mas vemos poucas autoavaliações e muito poucas autocriticas.

O primeiro passo para se começar a resolver um problema é exatamente a consciência de que existe um problema.

Almada pela sua proximidade a Lisboa, e pelo seu percurso tem sofrido muitíssimo com a falta de habitação aos preços acessíveis e a falta de habitação social. Gostaria de saber quantas pessoas há hoje em lista de espera para uma habitação municipal? Quanto tempo têm essas pessoas de esperar por uma habitação? E que respostas existem hoje para o arrendamento acessível? Quantas pessoas existem hoje a morar em bairros precários ou em barracas? Cada vez há mais pessoas com dificuldades em encontrar uma casa com um valor que possam pagar, fazendo com que muitas vivam de forma precária, em caravanas, quartos, casas de familiares ou com o apoio de instituições sociais? Como a Senhora Presidente reconhece sem habitação não há dignidade, pois todos os outros direitos ficam comprometidos.

Quanto ao ambiente, viver em Almada é viver numa cidade em que os carros ocupam todos os espaços livres, é conviver diariamente com o trânsito da ponte, quer se a atravesse ou não. São muitas as cidades europeias que estão a retirar os carros das cidades, mas Almada parece ir no sentido inverso. Aumentar o IC 20, contruir uma nova travessia rodoviária, é incentivar o automóvel mais e mais.

As ciclovias continuam a ser inexistentes e quando existem não são funcionais.

Os transportes públicos não obstante a melhoria com a entrada da Carris Metropolitana, continuam a não dar resposta às necessidades do dia a dia.

O PAN apresentou nesta Assembleia Municipal uma recomendação que tinha o propósito a redução da pegada ecológica do Concelho, com os transportes a contribuir com 21% e a alimentação com 28%, devido ao excessivo consumo de carne e de peixe. Há cerca de um ano foi apresentado o Plano Climático Almada 2023, mas que ignora na totalidade o elefante na sala, ou seja, as nossas escolhas alimentares e a sua contribuição para o aquecimento global.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Todos os anos são mais quentes que os anteriores, cada vez temos mais inundações, fenómenos climáticos extremos, mas continuamos a viver como se nada estivesse a acontecer ou como se não tivéssemos responsabilidade sobre os assuntos, ou seja, não diminuimos o uso do automóvel, não incentivamos a mobilidade suave de forma séria e eficiente, não promovemos a mudança e hábitos alimentares, não estimulamos uma vida mais sustentável. Estamos na verdade a fazer de conta que o fazemos.

E os animais Senhora Presidente? Uma sociedade que se quer justa e evoluída, não pode esquecer os outros seres que partilham a cidade connosco. É nosso dever protegê-los e cuidá-los.

Pergunto que medidas foram tomadas desde que o executivo tomou posse para a proteção dos animais, que respostas há hoje para os animais de colónias ficarem doentes e se as suas cuidadoras não tiverem dinheiro para os alimentar? Que resposta há para os animais de munícipes carenciados e para os animais abandonados? E a pergunta é que respostas há no presente, e não que respostas é que esperam ter no futuro.

Alguém compreende que depois de seis anos ainda não existe um centro de bem-estar animal no nosso Concelho? É aceitável que continuem a existir centenas de cães acorrentados e maltratados? É compreensível que não exista nenhuma resposta social para animais doentes? Almada está a ficar para trás.”

7.5.2 – Usou da palavra o Senhor Vereador Filipe Pacheco para prestar esclarecimentos à Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN).

7.5.2.1 – O Senhor Vereador Filipe Pacheco:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Começando por aquilo que é o bem-estar animal. A verdade é que já existe e pegando no final da intervenção da Senhora Deputada Municipal Margarida Paulos, já existe um atual centro de recolha, que até foi alargado e até teve recentemente obras de pequena requalificação, nomeadamente, até para construção de um parque para que os animais pudessem andar livremente. Aliás, outra das medidas que também se fez no atual Centro de Recolha, foi a abertura do Centro de Recolha aos voluntários, aliás, uma das reivindicações até de vários grupos e várias associações, eu penso que isso vem no sentido de dar mais condições também aos animais.

Mas sabemos nós, que neste momento planeamos a construção do novo centro de recolha, de um novo centro de bem-estar animal, inserido num grande parque urbano, o projeto está em fase de elaboração e contamos lançar assim que possível, a empreitada para termos um grande centro de bem-estar animal. Mas já agora, também aproveito para dar e é também algo que eu tenho repetido um pouco nestas Assembleias, eu penso que do ponto de vista de bem-estar animal, nós temos evoluído bastante no passado recente, nomeadamente, nestes dois últimos anos, e todos os Senhores Deputados Municipais aliás, nos relatórios veem mesmo isso, seja o número de adoções, o número de esterilizações, o número de vistorias realizadas, o número de colónias de gatos registadas, tem aumentado exponencialmente. Aliás, só o número de esterilizações e o número de adoções aumentou mais de mil por cento. Portanto, há aqui de facto, um reconhecimento de um trabalho muito importante ao nível do bem-estar animal, que nós naturalmente, não queremos abandonar, queremos é aprofundar. E aprofundando como? Implementando e agora já num futuro breve, o cheque veterinário, que está já para implementação brevemente, também o regulamento de cuidadores de colónias, e obviamente também, a questão das matilhas que estamos a tentar resolver com parques de matilhas.

Isto penso que responde às questões do bem-estar animal.

Fez algumas questões relativamente à habitação. A habitação eu penso que aquilo que nos perguntava era se havia uma identificação de número de famílias ainda à espera de habitação. Só na última listagem publicada do Habit’Almada, que é o nosso Regulamento de Atribuição de Habitação de Renda Apoiada, nós tínhamos mais de duzentas famílias à espera de uma habitação municipal, mas eu dava também aqui um dado que eu acho que é muito importante, porque só nos últimos dois anos, nós tivemos cerca de 114 famílias realojadas. Portanto, tudo isto conta, seja atribuição de novas habitações, também todo o processo da vala do 2º Torrão que ainda há pouco tivemos aqui a oportunidade de referir, e, portanto, eu penso que, do ponto de vista de dar mais



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

condições, aliás, a Senhora Presidente dizia e muito bem, a questão de mais habitação e habitação com mais dignidade, também nessa dimensão nós temos respondido aquelas que são as famílias que precisam de habitação e ainda há uma semana atrás e para concluir, lançamos dirigido à classe média um programa de apoio à renda em que é uma primeira fase de candidaturas de apoio à renda que nos permite ter aqui uma resposta muito importante aquelas pessoas que não conseguem pagar a renda atualmente.”

7.6 – Usou da palavra a Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA);

7.6.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Trazemos hoje um conjunto de questões. Escolhemos estas porque achamos que são algumas das mais urgentes para a nossa população.

No entanto, estes anos de governação socialista, poderia dar origem a várias questões por decisões ou falta delas por parte deste executivo.

Infelizmente, para conseguirmos obter respostas nos quatro minutos que temos optamos por reduzir o leque das mesmas.

Em maio de 2017, uma notícia do Diário d Notícias indicava que cerca de 60% dos Territórios Urbanos de Génese Ilegal, tinham sido convertidos e que 20% estavam em reconversão.

Passados seis anos, qual é a percentagem de Territórios Urbanos de Génese Ilegal convertida?

Quantas AUGI,s existem no Concelho de Almada?

Quantas habitações estão ainda por converter e quantas convertidas neste mandato e meio?

Porque existe um sentimento entre os moradores de um aumento do tempo de resposta dos serviços camarários e do indeferimento de projeto sem qualquer explicação para a decisão do mesmo, situações estas já reportadas na Câmara Municipal e mesmo aqui nesta Assembleia Municipal.

Senhora Presidente, quantas pessoas moram nos inúmeros bairros ilegais existentes em Almada? Que controlo está a ser feito para evitar a sua proliferação?

Temos relatos que em bairros como o 2º Torrão, as casas existentes estão a crescer em altura.

O Grupo Municipal do CHEGA, tem alertado para a situação, mas a construção continua sobretudo em modo vertical. Dando a algumas casas 1º e 2º andar.

A este ritmo a Câmara Municipal nunca terá casas suficientes para o 2º Torrão quanto mais para outros bairros.

O Bairro do Lelo continua a crescer semanalmente e por todo o Concelho surgem notícias de novas habitações ilegais a serem construídas. O que está o executivo a fazer para prevenir a construção de mais habitações ilegais?

Agora que o verão passou e mais alguns incidentes entre os quais incêndios que existiu, alguma dificuldade no acesso aos mesmos por parte dos Bombeiros nos parques de campismo, é provavelmente a melhor altura para debater sobre o tipo de campismo que se quer para a Costa da Caparica. Qual é a posição da Câmara Municipal de Almada sobre o assunto e que diligências está a tomar para que os parques não se transformem de estruturas temporárias de lazer para residências permanentes.

Tem este executivo informação do número de habitações ilegais permanente e existentes nos parques de campismo no nosso Concelho? Que planeia fazer em relação ao assunto?

Relativamente à Polícia Municipal. Qual é o ponto de situação? Porque razão não foram sequer respondidas as propostas enviadas há quase seis meses pelo CHEGA para o Regulamento da Polícia Municipal?

Se o CHEGA tiver tempo disponível, cede à Câmara Municipal para obter respostas.”



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

7.6.1 – Usaram da palavra a Senhora Vereadora Francisca Parreira e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal para prestarem esclarecimentos ao Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA).

7.6.1.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes, espero, como sabe, relativamente às AUGI,s nós criamos inclusivamente, no mandato anterior, uma Divisão específica para as AUGI,s, criamos um novo regulamento, e isso permitiu resolver a grande maioria das AUGI,s que estavam em suspenso. Ainda faltam duas grandes muito complexas, e que ainda não se conseguiu resolver, sendo que, nalguns casos ainda aguardamos dos próprios proprietários, das próprias associações das AUGI,s os projetos que nos permitam estabelecer essa regularização.

Portanto, neste momento não tenho o número exato, mas terei todo o gosto em fornecer-lhe.

Relativamente aos parques de campismo eu acho que há uma questão muito importante, quando foi a questão da pandemia e que houve uma ordem nacional para encerrar os parques de campismo, Almada que já disse várias vezes que não deseja a permanência daqueles parques de campismo naquela localidade e isso eu vou ser muito clara, sobretudo os parques de campismo a sul, que aliás, não cumprem aquilo que estava previsto nos planos aprovados no âmbito das obras da Costapolis, e, portanto, não estamos a fazer mais do que cumprir os planos que foram aprovados, que aliás não respeitam e aquilo que está definido no POC-ACE, Plano da Orla Costeira, que estão sim, sobre uma duna e aí sim, estão totalmente em território que não pode estar construído e que curiosamente, pagam renda ao ICNF, são estas ambiguidades que nos surpreendem sempre, estamos naturalmente a trabalhar o outro Plano de Pormenor, penso que o PP5 para podermos arranjar um espaço alternativo, para apostar num turismo de natureza, o campismo de qualidade que possa resolver essa questão.

Durante a pandemia, nós próprios alertamos o Governo para dizer para ter cuidado porque há pessoas que lá podem estar a viver. Na altura houve um levantamento exaustivo de quantas pessoas lá estavam a viver, e todas as direções dos parques assinaram, como sabem é proibido viver em parque de campismo, assinaram um compromisso da resolução daqueles casos que são da competência do próprio parque de campismo, e não deixar aumentar as pessoas a viver com habitação permanente nos parques. Eu espero e acredito e não tenho razões para duvidar das direções dos parques de campismo.

O INATEL é fácil de perceber que aliás, era dos que mais tinha pessoas a viverem lá dentro, os outros em penso que estarão a cumprir, espero sinceramente que o façam, porque mais dia menos dia, iremos certamente fazer uma fiscalização. Foi importante na altura evitar e falar com o Governo para que não continuassem a permitir que as pessoas que viviam permanentemente no parque pudessem lá continuar, e é responsabilidade das direções dos parques arranjar alternativas.

Quarenta e nove AUGI,s já têm alvará emitido, foram efetuadas trinta e duas reuniões, apenas cinco AUGI,s vieram entregar novos elementos para os processos. E volto a dizer, estão todas elas a serem acompanhadas, muitos dos casos não conseguimos resolver porque aguardamos também da outra parte o fornecimento de elementos.

7.6.1.2 – A Senhora Vereadora Francisca Parreira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente à Polícia Municipal, será produzido o relatório final. Foram recebidos dois contributos que estão naturalmente, a serem analisados em termos de parecer jurídico para a sua inclusão, o resultado desse relatório final há-de vir a ser apresentado publicamente. De qualquer maneira em termos do calendário que está programado e que foi comunicado aos Senhores Deputados Municipais, a ação de participação e em reunião que mantivemos, o calendário está a ser cumprido, portanto, virá brevemente a público esse mesmo relatório final, elaborado com as participações e os contributos que sabemos também que foram dados pelo CHEGA, aliás, o CHEGA fez questão também de publicamente fazer ou dar nota desses mesmos contributos noutros locais e noutros fóruns, e dar nota que os contributos que nos deram, são contributos eminentemente



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

políticos e não contributos técnicos para inclusão neste regulamento ou neste projeto de decisão. Ainda assim, esta é a minha apreciação enquanto Vereadora. Os serviços estão a elaborar o relatório final e quando ele efetivamente estiver terminado, eu creio que estará brevemente terminado, até ao final deste ano, até porque em termos do calendário, aquilo que foi dito aos Senhores Deputados Municipais e volto a referir, é que em janeiro, fevereiro que iríamos ter o relatório concluído.”

7.7 – Usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Karim Hassam Quintino (BE);

7.7.1 – O Senhor Deputado Municipal Karim Hassam Quintino (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O debate que aqui estamos a ter tem uma enorme importância não só para refletirmos sobre o estado da arte do Município de Almada, mas também para pensarmos sobre a cidade que queremos ter, para nós e para as gerações futuras.

Mas Senhor Presidente, a verdade é que faria muito mais sentido termos aqui um debate sobre dois estados do município e não apenas sobre um. E isto porque, infelizmente, temos hoje no nosso Município duas Almadas: uma Almada para quem nos visita e para os mais abastados; e outra Almada – da vasta maioria – que tenta a todo o custo chegar ao fim do mês com as contas pagas.

Na educação, um cidadão alemão, por exemplo, olhará porventura para as nossas escolas como lugares seguros, inclusivos, onde os seus filhos podem aprender uma língua estrangeira, conhecer outra cultura e fazer amizade com estudantes de outro país. Mas a realidade do Almadense é outra. Falta de investimento, infraestruturas precárias, turmas sobrelotadas, alunos sem professores – e quando os têm normalmente estão desmotivados ou em greve –, e um número sem fim de escolas que aguardam reformas estruturais há anos. Nos transportes, um turista britânico olhará para os cacilheiros enquanto uma travessia idílica, onde o pôr do sol se desenha sobre o rio Tejo e enlaçando-se harmoniosamente com a majestosa Ponte 25 de Abril. O almadense, por outro lado, sai de casa sem saber se vai conseguir cumprir os seus horários. Atrasos, supressão de carreiras, sobrelotação, horários demasiadamente espaçados, avarias, tudo isto é uma possibilidade.

Na saúde, um cidadão americano que no seu país paga por uma consulta de rotina 100 dólares, ou por um simples raio x 500 dólares, olha para o Serviço Nacional de Saúde enquanto uma verdadeira bênção. O almadense, por outro lado, tem sido abençoado com uma realidade radicalmente diferente, com a escassez de centros de saúde, meses de espera para consultas, e o encerramento de serviços essenciais, como a pediatria ou as urgências. Na habitação, o cenário que já conhecemos. Um turista do Canadá visita Portugal, fica impressionado com o país e descobre que aqui temos uma coisa chamada “Vistos Gold”, que lhe permite obter um visto de residência se fizer um investimento num imóvel. Tem também à sua disposição uma coisa chamada “Regime de Residente Não Habitual”, que lhe garante a isenção de impostos sobre os seus rendimentos. Decide então comprar um apartamento de três quartos em Almada por 500 mil euros e quando não está em Portugal, aluga o apartamento a 1.500 euros por mês. Já o almadense continua à espera – sentado – que o governo cumpra a promessa de construir 26 mil casas até 2024, coisa que já se sabe que não vai acontecer.

No desporto, um turista dinamarquês surpreende-se com os estádios de futebol majestosos, com os vários eventos desportivos que organizamos, e rói-se de inveja porque somos o país do Eusébio, do Figo, do Cristiano Ronaldo. Já o almadense sabe que os Eusébios, os Figos, os Cristianos Ronaldos, mas também as Telmas Monteiros, são cada vez mais um milagre. Falta manutenção em instalações desportivas, falta apoio financeiro aos clubes e associações locais.

Sr. Presidente, Esta dualidade de perspetivas é uma chamada de atenção para a necessidade de mudança. Não podemos mais ter uma Almada que seja dividida entre a visão idílica que é apresentada aos turistas e a realidade que os nossos cidadãos enfrentam todos os dias. Lutemos por uma cidade que seja uma referência de justiça social, de educação de excelência, de um transporte público eficiente, de habitação acessível, de um associativismo vibrante e inclusivo. Façamos de Almada a cidade que ela merece e deve ser.”

7.7.2 – Usaram da palavra a Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal para prestarem esclarecimentos ao Senhor Deputado Municipal Karim Hassam Quintino (BE).



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

7.7.2.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu devo dizer que no início da sua intervenção fiquei cheia de esperanças, justamente vamos debater que Almada queremos e que Almada queremos construir. Mas rapidamente fui desiludida porque para já na sua intervenção eu acho que 90% não são competências municipais, não sei se devo concluir que o Bloco de Esquerda ainda não percebeu bem quais são as nossas competências mesmo nas transferências de competências, e por outro lado, dizer-lhe que, nós não temos uma visão idílica de Almada, nem vendemos visões idílicas de Almada, mas também não andamos a tentar vender aos almadenses duas versões absolutamente negras e deprimentes que também não correspondem à realidade. Sabemos e temos toda a consciência das dificuldades existentes no nosso Concelho, mas não, não é verdade que os apoios às associações tenham diminuído, pelo contrário aumentaram. Não só aumentaram como se criaram mecanismos de transparência e regularidade, exatamente como fizemos com os Bombeiros. Todas as associações e coletividades sabem que há dois concursos por ano, sabem que investimentos maiores podem fazer propostas à parte, o regulamento foi visto e revisto já por duas vezes, e para além disso nós temos já identificado e em curso, mais de noventa projetos de empreitadas maiores e menores, desde habitação a pequenas requalificações, todos já em fase ou de empreitada ou de projeto nas suas várias dinâmicas. Portanto, sim o lado da estagnação u confesso que tenho muita dificuldade.

Quero responder a uma questão que me parece importante. Desde 98 AUGI,s do Concelho de Almada, 49 já têm alvará emitido graças a estas equipas que criamos. Foram como dissemos com as restantes efetuadas 32 reuniões e apenas 5 dessas vieram entregar os novos elementos. Estão a ser acompanhadas 8 AUGI,s para ajudar a entregar os documentos em análise, e as outras também estão muito dependentes da sua resolução, da conclusão do processo de revisão do Plano Diretor Municipal.

Portanto, eu quero ser justa, há umas que de facto nos faltam elementos, há outras que só poderão ser resolvidas no âmbito do novo Plano Diretor Municipal.

Portanto, é isto que posso acrescentar à questão que nos foi colocada e como sabem para nós tem sido uma prioridade poder resolver estes assuntos que se arrastam há décadas, pondo em causa inclusivamente aquilo que é a vida e os investimentos das pessoas, portanto, queria ser rigorosa nesta resposta”.

7.7.2.2 – A Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Queria dizer ao Senhor Deputado Municipal duas coisas.

Primeiro o Município de facto, recebeu transferências de competências no âmbito da educação, mas não tem a ver nem com a organização de turmas, nem com a colocação de professores, nada disso tem a ver com o Município. E de facto, existem turmas grandes, é verdade, há professores que por acaso devo dizer, do levantamento que tenho, não sendo nossa a responsabilidade, o nosso Concelho em termos de falta de professores, não é nem se aproxima dos piores, mas não é mérito nosso, não estou a dizer isto por essa razão, porque efetivamente, não é responsabilidade nossa.

Quanto ao resto, o Município recebeu há ano e meio, transferência de competências da educação e eu se quiser posso um dia ser guia acompanhante, áquilo que em ano meio já conseguimos fazer em algumas escolas em termos de requalificação, que não eram nossas, que nos foram passadas em 22 de abril, e temos a Carta Educativa definida e lançado com o PRR, a ampliação e reconstrução da Escola Secundária António Gedeão que há 30 anos aspirava por essa requalificação; vamos substituir um pré-fabricado pesado de 50 anos na Trafaria, com o alargamento ao 1º Ciclo e ao Pré-Escolar, e com o alargamento essencialmente ao Pré-Escolar; temos a requalificação e ampliação da Escola nº 1 da Trafaria, que também vai dar resposta ao Pré-Escolar que sabemos, que é neste momento aquela vertente que mais dificuldade tem em colocar crianças; temos ainda outros projetos como a Escola da Charneca, que esses ainda não estão em projeto e da ampliação da Escola EB 1 Maria



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Emília e, portanto, penso que de facto, nesse balanço do Alemão que tem uma escola muito boa, se é que fixei o que o Senhor Deputado Municipal disse, não sei a que escola se referia, eventualmente, alguma escola privada fora do Concelho de Almada ou no Concelho de Almada que também as há, mas dizer-lhe tudo o resto que disse, não corresponde de facto, à realidade, nem é responsabilidade do Município.”

7.8 – Usou da palavra o Senhor Deputado Municipal António Francisco Salgueiro (PSD);

7.8.1 – O Senhor Deputado Municipal António Francisco Salgueiro (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Presente o debate sobre o estado do Município de Almada e estando a meio do atual mandato autárquico é altura de prestar contas sobre o que se tem vindo a desenvolver, em especial nas áreas de responsabilidade que o PSD detém no executivo camarário.

Desde o início que o PSD tem pautado a sua atuação pela defesa do superior interesse dos cidadãos do Concelho de Almada, e a atestá-lo temos os cinco eixos que apresentámos às Eleições Autárquicas de 2021 e que são:

- O Desenvolvimento Económico
- O Desenvolvimento Local
- O Desenvolvimento Social
- O Desenvolvimento Territorial
- e a Participação, Cidadania e Proximidade às pessoas

Durante este período o PSD tem funcionado em regime de gabinete aberto, onde todos os munícipes se podem dirigir e estamos sempre disponíveis para ouvir os seus problemas e anseios ou simplesmente as suas sugestões.

Com a nossa prestação no executivo municipal, temos também garantido a estabilidade da governação do Município, ao mesmo tempo que desempenhamos essas funções com absoluto rigor na defesa do bom funcionamento da autarquia.

Consideramos que Almada tem que se afirmar como um dos melhores concelhos para se viver, investir, trabalhar e visitar, apostando-se na melhoria da qualidade de vida dos seus cidadãos, requalificando o espaço público e empenhando-nos na luta contra as alterações climáticas e a descarbonização da economia.

Não nos podemos esquecer que o atual mandato autárquico, pelo menos até ao início de maio deste ano, foi fortemente marcado pela Pandemia Covid-19, que lamentavelmente, como todos sabemos, veio criar alguns problemas ao funcionamento da autarquia. No entanto a Câmara neste período soube encontrar as respostas indispensáveis para ajudar as pessoas e as empresas necessitadas.

Por outro lado, também todos sabem, que o conflito iniciado pela Rússia contra a Ucrânia, veio mesmo criar alguns constrangimentos ao nível dos custos da energia e dos combustíveis e prejudicou o fornecimento ao nível dos materiais necessários para a missão da autarquia, verificando-se ainda a desertificação de concorrentes em alguns procedimentos e concursos públicos, originando atrasos em algumas das obras programadas.

Mas abordemos agora o trabalho desenvolvido nestes dois anos de mandato, particularmente nas áreas de responsabilidade que o PSD assumiu no Executivo. Assim queremos destacar o seguinte:

Na área dos Espaços Verdes, Parques Urbanos, Viveiros e Cemitérios:

- A criação do Parque Urbano de Vila Nova de Caparica;
- O Remate Norte do Parque da Paz;
- A iluminação do Parque Comandante Júlio Ferraz;
- As Micro-Florestas do Parque Urbano do Pragal e do Parque Multiusos em Vale Figueira;
- As requalificações do Parque Comandante Ramiro Correia, no Pombal, do Largo Alfredo Diniz, em Cacilhas, da Praceta Frederico Freitas, na Charneca, do espaço junto ao CMIA, na Costa da Caparica, do Parque Infantil do



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Jardim dos Caranguejais, na Cova da Piedade, do Parque Infantil na Rua dos Pinheiros, na Aroeira, do Parque Infantil do Parque Urbano do Fróis, no Monte de Caparica;

- Os novos Parques Caninos do Parque da Paz e do Parque Filipa de Água;
- A identificação de exemplares arbóreos notáveis;
- O início da classificação de árvores do Concelho como Arvoredo de Interesse Público;
- A construção de 400 novos ossários;
- A desmatção do Cemitério de Vale Flores;
- E a melhoria das acessibilidades e funcionalidades do Crematório.

Na área do Turismo queremos distinguir:

- A organização dos Concursos Gastronómicos Sabores de Almada em 2022 e 2023;
- A realização do evento Trafaria Comprova igualmente em 2022 e 2023;
- A participação na Bolsa de Turismo de Lisboa em 2022 e 2023, tendo em vista a promoção do Concelho como destino turístico;
- A concretização da primeira edição do Almagusto, no Jardim do Castelo;
- A requalificação do Posto de Turismo de Cacilhas;

Na área dos Mercados queremos assinalar:

- A instalação de portas automáticas no Mercado da Costa da Caparica;
- As novas instalações sanitárias, balneários e copa no Mercado de Almada;
- A organização do evento Almada de Portas Abertas em 2022 e 2023;
- A recente criação de espaços de apoio a descanso para peregrinos no âmbito da Jornada Mundial da Juventude, nos Mercados de Almada e das Torcatas;
- E o desenvolvimento da Proposta do Novo Regulamento dos Mercados Retalhistas Municipais.

Não abordamos agora os procedimentos em curso e os projetos programados, deixando para outra oportunidade, como temos vindo a fazer habitualmente.

Com a nossa ação, temos feito e continuaremos a desenvolver, uma política de grande rigor, buscando sempre o equilíbrio orçamental, procurando implementar uma marca em que a prioridade seja a defesa da melhoria da qualidade de vida das nossas populações.

Os grandes desafios, no futuro, passam por uma maior coesão social, mais e melhor habitação, continuação da melhoria dos transportes públicos, a proteção dos mais necessitados, de modo a que nenhum cidadão deixe de ter acesso aos serviços públicos por razões de eventual carência económica, o desenvolvimento do empreendedorismo de base local, tirando partido da criatividade e dos talentos que caracterizam o nosso concelho, bem como o combate às alterações climáticas e à destruição do nosso litoral.

Para concluir, consideramos que a metade do atual mandato autárquico, contrariamente a algumas vozes, se tem revelado positivo, não querendo significar que tudo está feito, antes pelo contrário, muito há por fazer, mas julgamos que o município se encontra no bom caminho, sendo que as nossas prioridades são e continuarão a ser a defesa do bem-estar de todos os que residem no Concelho de Almada.”

7.8.2 – Usou da palavra o Senhor Vereador Nuno Matias para prestar esclarecimentos ao Senhor Deputado Municipal António Francisco Salgueiro (PSD).

7.8.2.1 – O Senhor Vereador Nuno Matias:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu já ouvi aqui hoje, dizer que é preciso vontade de fazer, e que muitas das vezes se fazem anúncios. E eu acho que é fundamental depois, dar o passo em frente. E quando se faz aqui a avaliação do estado da Cidade, do Município, da vida das pessoas, é importante também fazer um balanço do que tem sido feito. Tem-se feito em várias áreas e eu gostava de destacar algumas que acompanho mais de perto, mas sobretudo aquilo que eu



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

acho que é fundamental, que é a relação com as pessoas e sabermos ouvir as pessoas para tentarmos resolver os problemas no dia a dia e melhor a sua qualidade de vida, a sua relação com o espaço público que as envolve, também criar mais identidade para aquilo que é a sua vivência no território que é nossa terra.

Portanto, como alguém aqui dizia há pouco, é preciso vontade de fazer.

Já aqui foi há pouco decorrido uma série de intervenções, eu gostaria de demonstrar algumas. Houve vontade de fazer o Parque Urbano de Viola Nova de Caparica e ele existe e está ao serviço das pessoas.

Houve vontade de requalificar a entrada da Cidade de Almada, quer com a requalificação do Centro Sul, quer com o novo Parque de estacionamento e a nova entrada do Parque da Paz, bem como um grande parque para servir os utilizadores caninos de 5 mil m² e que é exemplar, houve vontade de fazer e está feito.

Mas estamos também a projetar aquilo que nós entendemos que pode ser a melhoria de espaços que já haviam e que devem continuar a servir com mais qualidade o espaço público, e ainda há pouco a Senhora Presidente destacava a requalificação do Jardim Dr. Alberto Araújo que está neste momento a acontecer, e que eu acho que vai ser uma grande transformação do centro da nossa Cidade, da mesma forma que está a acontecer a requalificação do Parque da Juventude também em Almada, aqui ao lado fizemos a requalificação de toda a iluminação e os caminhos bem como um novo parque infantil, mas também a microfloresta, algo muito importante que é combatermos as ilhas de calor urbano que temos no nosso espaço territorial, e fizemo-lo não só no prolongamento do Parque da Paz para o Parque Urbano do Pragal, mas também com a microfloresta do Parque Urbano do Pragal, com a microfloresta que já foi plantada também no Parque Multiusos da Sobreda, no qual também queremos destacar aquilo que será o nascimento do novo parque infantil que já irei mostrar, mas também ao nível da requalificação de parques neste caso do Parque Comandante Ramiro Correia, o apoio que demos aquilo que foi uma obra muito importante, que toda a Câmara se envolveu na requalificação do Largo de Cacilhas, também com a criação de um espaço verde de enquadramento, outro na Charneca neste caso na Praceta Frederico Freitas, houve vontade de fazer e foi feito.

O espaço verde do CMEA que também foi requalificado, e, portanto, quando se diz, há anúncios, há vontade de fazer, é importante que exista, é importante que toda a Câmara, todas as áreas, todas as intervenções, digam que há vontade de fazer anuncia-se não há dúvida, mas depois concretiza-se.

Nos anos e eu falo agora na experiência que tenho, com os erros que certamente cometo, a Câmara Municipal, este executivo, os executivos que nos antecederam, fizeram tudo? Já acertaram em tudo? Está tudo já feito como nós desejaríamos? Certamente que não. Mas vamos fazer avaliação crítica e tentar perceber se houve ou não houve vontade e concretização. Eu dei aqui alguns exemplos de áreas que eu acompanho, mas poderíamos falar de outros, há pouco houve um município que interveio sobre a Avenida do Mar, eu podia acrescentar a Estrada Florestal, podia acrescentar uma primeira intervenção na Fonte da Telha, podia acrescentar a Frente Urbana da Costa da Caparica. Há muitas questões que, entretanto, foram feitas, há outras que ainda estão por fazer. Se calhar temos que fazer ainda mais intervenção para qualificar a atividade económica, mas há vontade de fazer e certamente que vai ser feito.

E por isso, num balanço, pegando naquilo que aqui já foi dito ao longo da noite, eu penso que todos temos que nos unir na vontade de fazer e ajudar a concretizar. Mas também reconhecer que muito está a ser feito. Há melhor espaço público, há mais intervenção no Município.

E para terminar, sobretudo apelar a que todos possam ajudar a fazer mais e ajudar a pensar melhor, porque certamente todos nós vamos cometendo erros, só não erra quem não faz. E eu acho que nós temos estado a fazer bastante.”

7.9 – Usa da palavra o Senhor Deputado Municipal Luís Filipe Palma (CDU);

7.9.1 – O Senhor Deputado Municipal Luís Filipe Palma (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA **Assembleia Municipal**

Estamos em outubro de 2023, o mês da queda da folha, dos sinais da mudança de estação, pelo que não podemos deixar de fazer a analogia com o que presentemente vivemos em Almada.

Quando Almada comemora 50 Anos de elevação a Cidade, e caminhamos a passos largos para as comemorações dos 50 Anos do 25 de Abril, há evidências que não podemos deixar de assinalar, na evolução deste Concelho, que tem uma marca identitária de progresso assumida por quem a governou durante 41 anos.

Por muito que esta administração tenha ignorado obras, personalidades e outras ações que colocaram Almada na linha do desenvolvimento e progresso ao nível dos primeiros lugares dos Municípios que mais cresceram com qualidade de vida, não podemos deixar de afirmar o que era Almada em 1973. Almada dispunha de quase nada, em termos de equipamentos sociais, e o pouco que havia eram de precárias condições, tais como as condições de habitação e obviamente não existia o Poder Local Democrático.

Muito se falou nas comemorações dos 50 Anos da Cidade de Almada, com referências sobretudo ao ano de 1973, e pouco se disse de Almada dos anos seguintes. Almada da Liberdade, da Democracia e do Progresso, Almada que nos deve convocar.

Mas falemos por agora deste estado do Município.

Quando analisamos a execução dos fundos comunitários, verificamos que Almada foi até 2017 um dos Municípios da Área Metropolitana de Lisboa e do país, com maior capacidade de execução destes fundos, beneficiando toda a população com a construção de equipamentos, se compararmos com a realidade de hoje, passou para os antípodas, sendo um dos piores da AML, onde por incapacidade desta gestão e por mera opção política, é desperdiçado em investimento que poderia ser aplicado na Escola Pública, nos serviços de acesso à saúde, na cultura, na atividade desportiva ou no apoio social à população, ou ainda na melhoria dos transportes públicos, nas acessibilidades, no desenvolvimento económico, no ambiente e na habitação pública, tão necessária como de pão para a boca.

Nesta área assistimos a um verdadeiro pesadelo na gestão de um processo, onde se exige mais humanismo, solidariedade e cumprimento de promessas eleitorais. O atual executivo PS, comprometeu-se a investir em habitação no quadro da Estratégia Local de Habitação, cerca de 170.600.000.00€ (cento e setenta milhões e seiscentos mil euros) até 2026, investimento que a ser cumprido beneficiaria 2276 agregados familiares. Tendo sido este o compromisso assumido pelo executivo municipal nas candidaturas ao PRR, a verdade é que quando lemos o PPI aprovado, constatamos que para os anos de 2022 e 2023, se prevê investir em habitação um total de 38.800.000.00€ (trinta e oito milhões e oitocentos mil euros) muito abaixo daquilo que seria exigido, para que aquela ambiciosa meta pudesse ser cumprida. Se olharmos a concretização nestas rubricas ao longo dos últimos 5 anos, não podemos deixar de concluir que o investimento final em 2026, ficará muitíssimo longe dessa meta.

Vamos estando habituados a muitas promessas, que como se cantam numa moda no Alentejo, são levadas pelo vento, bem podem as famílias almadenses com necessidades de habitação esperar sentadas, porque o que este executivo lhes pode dar, é uma mão cheia de nada.

Como pode uma Estratégia Municipal de Habitação não ter ouvido as populações e particularmente os jovens, num processo pela sua capital importância de futuro, deveria ter a ampla participação dos cidadãos.

A Câmara Municipal, demonstrou uma vez mais, não ter capacidade de diálogo com as populações perante as dificuldades de acesso à habitação, quando este está consagrado como primeiro direito. Fica este executivo com os selos do desalojamento e os despejos, sem exercer o que lhe cabia que era encontrar respostas para a habitação, proteger as suas gentes e os seus territórios.

Acresce a tudo isto o aumento do custo de vida, com o aumento da taxa de consumo da água, dos resíduos sólidos urbanos e da aplicação de outras taxas, que agrava ainda mais as dificuldades sentidas pelas populações.

Quando nos viramos para as áreas da cultura, educação e desporto, encontramos equipamentos a necessitar de manutenção, falta de planificação e visão de futuro quanto ao investimento em infraestruturas, é manifesta a



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

incapacidade de gestão para melhorar as respostas às diferentes atividades e funcionalidades dos equipamentos.

Quando estávamos no bom caminho, ex. que se quebra este ritmo. Este ritmo foi interrompido sem qualquer reflexão, esta mudança não trouxe qualquer benefício para as populações.

No quadro da descentralização de competências foram assumidas áreas que deviam ter ficado na esfera do Estado, com a agravante das verbas e dos recursos humanos transferidos, serem insuficientes face às necessidades dos Municípios. E quer agora este executivo, tocar pelo mesmo diapasão no que se refere às transferências de competências para as Freguesias.

E o que dizer da relação da Câmara Municipal com os trabalhadores? Quando por mera opção política não aplica o subsídio de penosidade e insalubridade pelo nível elevado, não aplica a opção gestionária para permitir a progressão nas carreiras, ou quando geriu o processo da Creche e Jardim de Infância 1º Maio, assente na prepotência em que aniquilou os pressupostos iniciais da solidariedade prestado por este equipamento aos filhos dos trabalhadores.

É este o Estado do Município em outubro de 2023. Mas é este o Concelho que queremos? Obviamente que não. Almada que queremos é a Almada que transforma a vida dos almadenses, a Almada do desenvolvimento e do progresso em que os órgãos do poder local trabalhem em conjunto com os diferentes parceiros da comunidade, os trabalhadores, com as populações. Almada da diversidade e da integração das diferentes culturas, da criação artística, da construção de equipamentos socioculturais pelo usufruto de todos. Almada do teatro, da dança, do desporto, das personalidades da nossa terra que levam e elevam Almada tão longe quanto o horizonte. Almada testemunha de importantes momentos históricos, que se antecipou alguns deles pela força das suas gentes, pela sua essência genuína, pela sua identidade tão própria, que só quem é de Almada e conhece Almada, pode compreender.

Precisamos de um Poder Local que junto com as populações reivindique do Poder Central, mais e melhores equipamentos, olhe para o território, planifique um Concelho, que responda às necessidades das populações. Transforma a vida dos almadenses através da sua intervenção, empenho e a ação coletivos.

A Almada que queremos é a Almada das suas gentes, do pensamento e visões progressista, da sua memória, do futuro que sempre habituou a mentalidade de tantos homens e mulheres com responsabilidade nesta Almada que sempre pautaram o seu trabalho com uma força coletiva e perante valores de liberdade.”

7.9.2 – Usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal para prestar esclarecimentos ao Senhor Deputado Municipal Luís Filipe Palma (CDU).

7.9.2.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Luís Palma, também Presidente da União de Freguesias de Laranjeiro Feijó, eu confesso que fiquei um pouco perplexa, porque até pelas suas funções, esperava da sua parte um discurso um pouco diferente do que uma listagem não só de banalidades, inverdades, e eu desafio então a comprovar a tal execução catastrófica dos fundos europeus e já agora, comprovar essa Almada mirífica dos cumprimentos dos fundos europeus, que a CDU invoca, porque sinceramente nós não encontramos. Encontrei sim uma série de candidaturas de montantes astronómicos que obviamente não iam ser feitos até porque a média da taxa de comparticipação, era de 12%. E todas as reprogramações que fizemos no final de 2017 e 2018, foram todas integralmente cumpridas. Portanto, eu acho que nós não estamos em falta de nada, das candidaturas europeias,

Também, não sei onde é que está essa realidade alternativa, que a CDU descreve como Almada, mas eu percebo que isso aconteça porque como a CDU mantém esta conversa fechada sobre si mesmo, aqueles que podem ser de Almada, sendo que só podem ser de Almada aqueles que a CDU permite que sejam de Almada, o que é algo estranho, só os almadenses e os que são de cá sentem, então e aqueles que vêm de fora, não sentem? Não veem? Não podem usufruir de Almada? Não podem descobrir Almada? Quais são os de fora que estão



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

autorizados a vir para Almada? Esse discurso da CDU, Senhor Deputado Luís Palma, confesso que eu já estou habituada por parte do Senhor Vereador Matos, do Senhor Deputado Municipal José Lourenço, agora da sua parte, surpreende-me muito.

Por fim, Senhor Deputado Municipal, não é o que era Almada em 1973, erro o que o país era em 1973. E eu acho que já tenho comprovado suficientemente vezes, de recuperar, elogiar, ressuscitar o que de bom foi feito no governo de Almada ao longo destes 50 anos de Cidade e de liberdade. Como por exemplo, o Município das Artes, não deixassem morrer os Capuchos, ainda bem que nós o ressuscitamos, por exemplo, não deixassem apodrecer o Monumento ao Associativismo, bem que fizeram, não deixassem chegar a Casa da Cerca no estado em que está, cuidassem, mantivessem essas coisas. Agora diga-me lá, qual foi o Município do país, que não criou equipamentos desportivos, bibliotecas, habitação, qual é que foi? Acha que o resto do país ainda está em 1973 e que só Almada é que fez obra? Mas seria de Almada, se não tivesse aproveitado a cada momento, os fundos que foram disponibilizados e não tivesse acompanhado a implementação da democracia.

Há aqui uma questão que é, reconhecer, isto foi dito e repetido por mim desde o primeiro instante. O que foi bem, o que foi feito, é preservar, recuperar e continuar. Agora vamos deixar de tentar enganar os almadenses, porque uma coisa lhe garanto, não tenho dúvidas nenhuma, Almada ter enfrentado dos momentos mais negros da história com o fim da Margueira, da Lisnave, e tudo isso foi reconhecido por mim desde o primeiro instante, após um inter-reformista que de facto existiu em Almada, depois houve anos de estagnação, mas também na estagnação lhe digo, um relógio parado está sempre certo duas vezes por dia, mas não deixa de estar parado.

Senhor Deputado Luís Palma, com todo o respeito, mas não me venha falar da transferência de competências para as Freguesias, porque continuamos a aguardar as vossas propostas.”

7.10 – Usaram da palavra os Senhores Deputados Municipais Sérgio Faria Bastos (PS), Pedro Dias Pereira (PS);

7.10.1 – O Senhor Deputado Municipal Sérgio Faria Bastos (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Debate sobre o Estado do Município é um momento relevante na vida do nosso Município e da Autarquia de Almada, pois permite avaliar, refletir sobre aquilo que já foi feito em Almada, bem como projetar as linhas orientadoras para o futuro próximo. O por local é sem dúvida uma das mais importantes conquistas de abril.

Na realidade é importante neste debate avaliar quais foram as principais marcas da governação deste executivo camarário, que transformações ocorreram no nosso território e de que forma isso se refletiu na vida dos almadenses.

Aqui chegados a meio deste mandato podemos afirmar que muita coisa mudou e que ainda há caminho a percorrer, mas não podemos deixar de realçar um conjunto de intervenções que em muito beneficiaram o espaço público em Almada e consequentemente a vida daqueles que vivem ou trabalham em Almada.

Estas ações são vastas e diversas e vão desde eventos culturais, gestão de espaços verdes, melhoria da acessibilidade e mobilidade, higiene urbana, educação e habitação que tem tido impacto positivo no nosso território e naqueles que cá habitam ou trabalham.

O Partido Socialista gostaria de elencar algumas das intervenções que marcaram esta metade do mandato e que vêm no seguimento do trabalho já efetuado no anterior mandato.

Assim ao nível dos espaços verdes gostaria de salientar:

Requalificação ao do Parque Comandante Ramiro Correia;

Requalificação do Largo Alfredo Diniz;

Requalificação da Praceta Frederico de Freitas, na Charneca de Caparica;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Requalificação do Espaço Verde do CMIA;

Instalação do novo sistema de rega no Parque Multiusos reforço arborização;

Parque Canino do Parque da Paz;

Parque Canino do Parque Urbano da Filipa d'Água.

Gostaríamos também, de assinalar como relevante nesta fase, a melhoria das acessibilidades à Costa da Caparica, no Troço Final do IC20, uma intervenção que permitiu devolver fluidez de tráfego a uma zona que é bastante congestionada.

Quanto a higiene urbana, gostaríamos de realçar as Candidaturas ao POSEUR com o Projeto Rede de Recolha de Seletiva de Biorresíduos com um investimento total de 1.900.000,00€. Este projeto prevê a recolha de biorresíduos através do sistema de recolha porta-a-porta e de proximidade, com incidência em todas as Freguesias do Município de Almada, abrangendo 16% do total de alojamentos existentes.

Ao abrigo desta candidatura foram adquiridas 5 viaturas de recolha de resíduos urbanos, que representou um investimento de 1.200.000,00€ (um milhão e duzentos mil euros), foi adquirida também contentorização e valor também para as campanhas de sensibilização.

Aguardamos com expectativa pelos bons resultados desta iniciativa.

No que diz respeito à política de habitação, matéria de grande sensibilidade e que constitui um dos principais problemas atuais do nosso país, salienta-se

- Investimento de mais de 1.2M€ no Parque Habitacional Municipal desde 2021;
- Operação Vala 2ª Torrao;
- Realojamento de 63 agregados familiares;
- Primeira operação de realojamento do Bairro do 2º Torrão.
- Requalificação de 202 habitações municipais (40 reabilitações integrais) + 10 salas de condomínio para habitação transitória;
- Atribuição de 126 habitações municipais (58 novas atribuições);
- Início da construção do Plano Integrado de Almada;
- Início da construção, por parte do IHRU, da primeira fase do Plano Integrado de Almada;
- Plano elaborado em parceria, e protocolado, com a CMA;
- Primeira fase serão 1200 fogos de renda acessível, num total de 3500.

Realce ainda para o estudo de levantamento socioeconómico das Terras da Costa da Caparica que esperamos todos seja o primeiro passo para realojar as famílias que a tal têm direito.

Relativamente aos SMAS de Almada, sabemos da relevantíssima missão que têm, de gerir o ciclo urbano da água em Almada em tempos de seca em que a gestão dos recursos hídricos tem de ser cada vez mais eficiente com menores perdas na rede. A gestão sustentável da água tem de ser uma prioridade. Realçamos aqui aquilo que foi a reabilitação da ETAR da Quinta da Bomba, os projetos de renovação da rede de águas e de saneamento, e não podemos deixar aqui também de salientar, a inauguração recentemente do novo Museu da Água.

Mais haveria a dizer, mas podemos afirmar que o executivo não tem estado parado e que Almada avança em direção a um futuro mais sustentável, mais amigo das pessoas e do meio ambiente e que ainda há um conjunto de matérias que serão objeto da ação da Câmara até ao final do presente mandato.

Por último, gostaria de questionar sobre quais serão as prioridades para esta segunda metade do mandato, quer na Câmara Municipal quer nos SMAS de Almada?"

7.10.2 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Dias Pereira (PS):



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Tenho ouvido com muita atenção todas as pessoas e parece que em Almada nada está bem. Acontece, que não é bem assim que as coisas se passam. Eu vou-me aqui socorrer do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses e Almada é mais um Município entre os muitos Municípios que existem em Portugal.

Em concreto, nós temos 308 Municípios no nosso país e no ranking global dos Municípios de grande dimensão, nas listas dos cem melhores classificados globalmente, Almada encontra-se em 9º lugar. Nos Municípios com maior volume de receita cobrada, também se encontra em 9º lugar. Nos Municípios com maior receita cobrada de IMI encontra-se em 6º lugar, ou seja, tem bastante habitação. Nos Municípios com maior receita cobrada de IMT estamos em 11º lugar. Nos Municípios que apresentam a maior independência financeira, repare-se em 308 Municípios, o Município de Almada encontra-se no 14º lugar. Nos Municípios com maior volume de orçamento inicial em 2022, o Município de Almada, está em 10º lugar.

Tem no ano de 2022, um património líquido na ordem de mais de 580.000.000.00€ (quinhentos e oitenta milhões de euros). Almada, como mostra este gráfico, está sempre nos últimos anos a crescer.

A dívida está a baixar e em termos de Municípios com maior volume de disponibilidade reais em 2022, Almada encontra-se em 8º lugar.

É claro que como já aqui foi dito, Almada como todos os outros Municípios do país, do mundo, estão sempre em constante mutação, estão umas vezes em crescimento, outras vezes estagnam, também tem que ver com aquilo que é as dinâmicas a cada momento.

E neste momento Almada está a viver um período de grande dinamismo. E isso reflete-se nos números. É claro que eu como sou munícipe na Charneca de Caparica e Sobreda, tenho também aqui chamar um pouco à colação de dois temas que são muito caros e que devem ter uma atenção especial da Câmara Municipal, em relação à Freguesia da Charneca de Caparica e Sobreda, não se esqueça o Solar dos Zagallos, que está a cair para o chão e criar um novo polo cultural a Sul do Concelho.”

7.10.3 – Usaram da palavra o Senhor Vereador José Pedro Ribeiro e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal para prestarem esclarecimentos aos Senhores Deputados Municipais Sérgio Faria Bastos (PS) e Pedro Dias Pereira (PS).

7.10.3.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

De uma forma muito sucinta. É verdade que foi abordada a questão dos trabalhadores. Eu devo dizer que uma parte importante do meu discurso que ficou, que acabei por não ter tempo por dizer, dizia respeito justamente aos nossos trabalhadores. E começo naturalmente, por um grande agradecimento. Porque nada do que queiramos fazer, nada do que pretendamos fazer, seria possível se não cuidarmos daqueles que o tornam possível. Por isso é que não só temos priorizada a requalificação e modernização das nossas infraestruturas, criar condições de trabalho que eu ai mais uma vez, e eu tenho até dificuldade em descrever nomeadamente, nalgumas situações que encontrei, como por exemplo, no Centro de Recolha Animal, as condições em que trabalhavam os trabalhadores que lá estavam, como por exemplo, mesmo nos Paços do Conselho, bastava ver o sitio dos motoristas nos Paços do Conselho. Agora, qualquer Partido que se diz defensor dos trabalhadores não pode aceitar algumas condições que encontramos nos nossos trabalhadores. E infelizmente, na questão veterinária acabamos por pôr contentores porque ainda era melhor do que aquelas condições.

Mas mais importante do que isso, e é um investimento constante, inclusivamente criar espaço para as pessoas trabalharem, adquirimos no ABC salas, algumas já estavam ocupadas e temos estado a alargar para criar condições de trabalho.

Há também uma questão muito importante que é a qualificação do nosso quadro de pessoal. E nestes seis anos passamos de facto, de uma percentagem baixíssima de técnicos superiores, 16% para 25% de técnicos



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

superiores na Câmara Municipal de Almada. E isto é uma questão fundamental, porque a Câmara Municipal de Almada, fazia outsourcing da inteligência, do saber, dos projetos, porquê? Porque não investia na qualificação dos seus trabalhadores.

Também garantimos a conformidade, seja da Creche, seja dos refeitórios, seja do SSO, garantindo assim direitos adquiridos, está tudo pacificado, e nenhum trabalhador perdeu direitos. Nenhum. Mas há uma questão, Almada está dentro da Lei. É verdade, que terminamos com algumas prestações de serviço duvidosas, é verdade. Mas também ouvi dizer que não havia um único precário na Câmara Municipal de Almada, afinal houve um vasto programa de Prevpap, não aquele que já estava preparado, como o outro que tivemos de acrescentar.

Portanto, falar verdade, há dificuldades? Há muito por fazer? Há sem dúvida nenhuma. É verdade. Mas onde é que esteve este empenho? Têm razão, há muito equipamento desportivo para reabilitar, é verdade, então porque é que não foi reabilitado antes? E porque é que chegaram a este ponto? E porque é que as piscinas todas precisam quase de uma reconstrução integral? Portanto, é verdade, os seis anos não chegam para recuperar todo o tempo perdido, e sobretudo não chegam para combater esta política da inauguração do espalhafato e a falta de amor e a falta de cuidado que deram a Almada em tudo aquilo que inclusivamente construíram.”

7.10.3.2 – O Senhor Vereador José Pedro Ribeiro:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente aos SMAS já foi aqui referido, de facto, o grande investimento feito ao longo deste ano que irá continuar ao longo dos anos seguintes.

Iremos continuar o reforço no investimento das infraestruturas, é de facto, uma prioridade dos SMAS e posso dizer que, relativamente ao período homologado do ano anterior, o investimento ultrapassou já mais de 50% do valor idêntico em período homologado. Iremos naturalmente, nos próximos anos reforçar aquilo que é o investimento público nas infraestruturas.

Quero realçar de facto, a abertura do Museu da Água, que penso que marca aqui o nosso território, com um equipamento museológico de excelência, e que também visa e bem, contribuir para educação ambiental das nossas populações.

Posso dizer que esse equipamento já está com visitas marcadas de várias escolas de todo o país, desde Estarreja, Seixal incluindo naturalmente, Almada.

Quero dizer que aquilo que é a grande aposta nos SMAS é de facto o reforço no serviço público. O serviço público de excelência e é esse que queremos continuar a garantir e é esse o esforço que temos estado a garantir e fortalecer. Porque não podemos permitir que haja um serviço público, sem que sejam cumpridas as regras da Administração Pública, aquilo que é obrigatório e devido, porque os SMAS não são uma identidade privada e, portanto, tem que cumprir aquilo que são as normas públicas.

E iremos naturalmente, reforçar essa questão porque é algo que se calhar no passado não foi tão bem salvaguardado.

Iremos também, relativamente aos SMAS, reforçar aquilo que são os direitos dos trabalhadores, através do reforço do investimento nos equipamentos e nas instalações dos mesmos. Portanto, aquilo que eu posso garantir, é que de facto, os SMAS irão manter e forçar um serviço público de excelência.”

8 – Iniciou-se uma nova ronda de intervenções nos termos do nº 4, do artigo nº 70º, do Regimento da Assembleia Municipal.

8.1 – Usou da palavra o Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP);

8.1.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Eu quero nesta segunda intervenção começar por relembrar ao PS, partido do executivo e também ao partido ajudante, o PSD, na Câmara Municipal de Almada, que os Concelhos do ranking que estão acima de Almada também tiveram pandemia, é bom que não nos esqueçamos.

Eu quero começar por felicitar os SMAS e a Câmara Municipal de Almada, pela criação do Museu da Água, também uma ideia há muito do CDS para Almada, neste caso, está no programa eleitoral já de alguns anos. Neste caso chamar-lhe-ia Museu dos SMAS e Centro de Interpretação da Água, mas o que interessa é que ele está concretizado.

Não posso também deixar de recordar o seu mentor, o ex. Vereador Miguel Salvado, que teve a visão relativamente à importância para o Concelho e também a sua localização.

E obviamente, também no presente mandato o Eng.º Jorge Barroso e claro o Senhor Vereador José Pedro Ribeiro.

Aproveitando o Senhor Vereador José Pedro Ribeiro, tenho aqui algumas perguntas para si.

O aumento das taxas da água na fatura dos almadenses, não podemos esquecer e dirá a Senhora Presidente que estou-me a repetir, pois com certeza, estou em nome do povo e estou aqui para repetir aqueles que foram os aumentos brutais por parte dos SMAS relativamente às taxas da água, que tornam um aspeto negativo para as pessoas e para os comerciantes, tal como retrai o investimento no Concelho. As famílias já de si sobrecarregadas mensalmente com impostos do seu Governo Senhora Presidente, e sobrecarregou e prejudicou ainda mais os almadenses.

Um dos argumentos para o aumento da fatura da água, foi para cobrir os investimentos, e o Senhor Vereador José Pedro Ribeiro, falou aqui há pouco, mas realmente em concreto pouco disse relativamente a esses investimentos. Senhor Vereador a que investimentos se refere em concreto? Tirando as operações do dia a dia recorrentes, não se vê praticamente investimentos em grandes projetos estruturais dos SMAS, que justifiquem esses aumentos brutais nas faturas.

E pergunto Senhor Vereador, os projetos, investimentos e obra concreta correspondente ao atual mandato, não os projetos que transitaram do mandato anterior para este mesmo.

Depois uma pergunta direta. Pensa ou não diminuir as taxas na fatura da água, que sobrecarregam neste momento as famílias e os comerciantes? E para terminar Senhor Vereador, temos informação que há falta de material para as ruturas e para a renovação de redes, entre outras falhas do dia a dia que são fundamentais e estruturais para o normal funcionamento dos serviços. Confirma esta informação?"

8.1.2 – Usaram da palavra o Senhor Vereador José Pedro e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal em resposta ao Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP).

8.1.2.1 – O Senhor Vereador José Pedro Ribeiro:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente à falta de material desconheço. É usual e normal reunirmos e era a prática também do Senhor Delegado anterior, com os Diretores de Departamento e fazíamos uma monitorização bastante apertada de tudo aquilo que é as necessidades de material e, portanto, desconheço as situações que aqui foram referidas.

Relativamente ao investimento, o Senhor Deputado Municipal se calhar não se apercebeu e eu terei todo o gosto aqui em relembrar, vou pedir desculpas aos Senhores Deputados Municipais por ser um bocado maçudo.

Reabilitação de obra da ETAR da Quinta da Bomba, substituição de condutas da água no Pragal, remodelação das condutas de água na futura rotunda EN 377, junto à rua Ramado Curto na Azinhaga da Carreta, instalação da VRP na zona de abastecimento do Pragal, Reabilitação do sistema de distribuição de água na ETAR do Portinho da Costa, execução do furo de prospeção e eventual captação de água subterrânea na Aroeira, reabilitação da ETAR do Portinho da Costa, construção de infraestrutura para instalação de um posto de



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

transformação na estação elevatória do Laranjeiro, remodelação dos PT da estação elevatória da Quinta da Bomba, Sobreda, remodelação do sistema de esgoto por vácuo na Herdade da Aroeira, posso continuar se quiser, mas acho que é um bocado maçudo.

Naturalmente, se calhar o Senhor Deputado Municipal infelizmente, quando foi visitar o Museu da Água, não sei se já foi, deve ter ido, se não foi eu convido-o pessoalmente para o visitar, se calhar eventualmente, poderá ter passado na Avenida do Cristo Rei e na Avenida do Cristo Rei naturalmente, também tem uma obra significativa dos SMAS.

Relativamente aquilo que é a tarifa da água. A tarifa da água e do saneamento, já tive a oportunidade de referir, o valor cobrado pelos SMAS, em relação ao período homologado do ano anterior, aumentou inferior a 4%.

Posso dizer que relativamente aos SMAS também o grande esforço feito com a tarifa social automática, que fará com que esse financiamento ou pelo menos esse subsídio a todos os almadenses, estamos a falar de 14% dos clientes, têm a tarifa social automática que implica um esforço financeiro perto dos 3.000.000.00€ (três milhões de euros).

Relativamente ao próximo ano, estamos a ultimar o orçamento, não me quero antecipar ao orçamento, naturalmente depois poderemos discutir na elaboração do orçamento.”

8.1.2.2 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

É evidente que a maior parte das obras do SMAS, como qualquer obra de infraestruturas subterrâneas a maior parte das vezes não se veem, nós temos tentado sempre que há obras estruturantes, como foi o caso da Avenida do Cristo Rei, também permitir que isso se traduzisse numa requalificação de toda a via.

Quero dar nota, no entanto, de uma questão muitíssimo importante. É que alguém já falou da TGR, Almada é dos Municípios que mais paga TGR, por uma razão simples, por um lado porque recolhe muito mais do que outros, mas também quero dizer que recolhe muito mais diferenciados do que outros. Baixar os montantes da TGR, é naturalmente uma prioridade nossa, naquilo que pagamos, porque pagamos em função da tonelagem que depositamos em aterro, mas nós não o conseguimos fazer se não for também um esforço também partilhado por todos.

A questão dos monos é um pesadelo que vivemos todos em conjunto, todos os dias e, portanto, aqui deixo um apelo a todos os almadenses, até para nos permitir ter montantes da TGR mais baixos e somos o segundo Município que mais paga depois de Sintra. Há duas vertentes, nós continuaremos a recolher o máximo possível de resíduos para que não estejam no espaço público, mas precisamos da colaboração de todos para não os depositarem e apostarem na reciclagem e para diminuirmos a carga dos resíduos indiferenciados.”

8.2 – Usou da palavra a Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN);

8.2.1 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente aos animais, o Senhor Vereador elogiou aqui o grande trabalho que os serviços estão a desenvolver, nomeadamente, em termos de adoções. Segundo números do ICNF que são os relatórios oficiais, em 2020, Almada tinha 25 adoções anuais, atualmente em 2022, que são os números que temos, fez 329 adoções. Comparado com 2020, de facto, isto é uma subida exponencial, mas é muito fraquinho se compararmos com outros Municípios que não têm a dimensão de Almada, a importância de Almada, e por aí fora.

Portanto, Braga 1040 adoções, Felgueiras 465, Penafiel 622, Santo Tirso 884. Portanto, quando elogiamos muito um serviço, não podemos apenas dizer que melhorou muito, temos de dizer que de facto, tem estado a fazer



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

mais adoções, mais esterilizações, mas continua a ser muito pouco para aquilo que temos e podemos fazer. Eu acho que isso vos fica bem e acho que é isso que deve ser dito, pelo menos do meu ponto de vista.

Em relação às esterilizações em 2022 tivemos 994, mas por exemplo, Sintra teve 2240. Portanto, mais do dobro de Almada. Ou seja, Almada tem um longo caminho a fazer para dizer que de facto, existe um bom serviço que presta não só aos animais, mas também aos munícipes, porque eu vou dar um exemplo que aconteceu esta semana, não entrando obviamente, na história em concreto, muito menos nas pessoas em questão. Uma senhora foi desalojada e tinha cerca de 10 cães em casa, a senhora levou 2 cadelas consigo e não havia solução para mais nenhum animal, entre eles 5 bebés, estava a chover torrencialmente, e a solução era pôr os animais todos na rua, a GNR ligou para o Canil Municipal que disse que não tinha espaço para recolher os animais e disse ainda, que aquilo não era nenhum hotel. Portanto, se o Senhor Vereador acha que isto é um serviço que está a ser bem feito e que dá resposta às necessidades dos munícipes e dos animais, para mim tenho de discordar porque não é verdade. E eu tive que ficar com os animais em minha casa, os bebés em minha casa para eles não ficarem no meio da rua, bebés de 2 meses de idade e enfim, os outros animais foram para casa desta, daquela e da outra. Porque é assim que funciona Almada. Não sendo as associações, não sendo as pessoas que se preocupam, o serviço não dá resposta às questões concretas que precisamos, não temos respostas estruturadas, não temos mecanismo que permitam, existe esta situação, existe esta resposta, existe este problema, existe esta resposta. Não existe Senhor Vereador, lamento dizê-lo, mas não existe. O que existe são soluções de momento. Mas não há respostas estruturais e continuamos sem conseguir que elas saiam do papel.”

8.2.2 – Usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal em resposta à Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN).

8.2.2.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Deputada Margarida Paulos, eu acho que temos de ser minimamente justos. Na questão das adoções ainda bem que há Municípios com números maiores que os nossos, mas eu relembro que para haver uma adoção é um bocado como haver um casamento, é preciso que haja uma outra parte que esteja interessada em adotar.

A segunda questão. As esterilizações também não é um ranking entre Municípios, é também em função das necessidades e dos casos com que nos deparamos e ainda bem que reconhece o esforço muito grande que tem sido feito pelo serviço.

Eu quero dar nota por outro lado, fiar-se no diz que disse, e ainda por cima a Senhora Deputada Municipal sabe que tem um acesso direto quando quer com os serviços, com todas as equipas e ainda bem que temos esta política de proximidade como eu tenho dito e que a pode usar, peço-lhe que não se fie no diz que disse, eu posso verificar a questão desses animais, não tenho aqui dados não sei se o Senhor Vereador tem ou não. Mas há uma questão que eu quero dizer. Quando foi a questão do 2º Torrão nós dissemos que garantíamos e garantimos, o alojamento de todos os animais que foram retirados das casas, eu ainda me lembro das palavras comovidas em como nós estávamos a afastar pessoas dos animais. Acontece que muitos desses animais, aliás a maioria desses animais ainda lá estão, porque nunca ninguém os foi buscar, e não foi por impedimento das casas, e estamos a falar de alguns casos de animais, de cães, que pela tipologia da raça muito dificilmente serão adotados. É evidente que a criação do novo canil, dadas as suas dimensões, permitirá criar mais respostas, uma resposta mais intensificada, mas acontece que o nosso canil infelizmente, para muitos daqueles animais, arrisca-se a ser a casa definitiva de muitos daqueles cães, que pela sua raça, por serem raça consideradas violentas, por já terem alguma idade, ninguém os quer adotar.

Portanto, são realidades difíceis, que se prendem muitas vezes com questões sociais, com incapacidade financeira, também não podemos fazer julgamentos apressados, mas também não podemos generalizar e comparar de forma abstrata, números sem perceber por um lado, se há condições ou se não há condições e estamos a trabalhar para melhorar as condições, já o disse várias vezes, garanto que ninguém lamenta mais do



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

que eu o percalço que tivemos ao nível do projeto de arquitetura do CRO, felizmente agora já está com um novo arquiteto, já houve um novo concurso, esperamos poder lançar o quanto antes a obra, antes disso teremos todo o gosto de apresentar o projeto que ficará no CRO no terreno da Quinta da Alembança, com condições, com qualidade, para termos uma política articulada entre o Município e as associações, porque também é verdade, seja em Almada, seja em qualquer outro Município, o Município sozinho não consegue responder a esta questão, as associações são parceiras fundamentais, nem o Município chuta para as associações, nem as associações chutam para o Município, é neste trabalho de colaboração e de participação constante que conseguiremos arranjar as soluções necessárias.”

8.3 – Usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA);

8.3.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A Senhora Presidente acabou de dizer que os serviços camarários têm conhecimento de cães há nove meses em determinado local, ainda foi preciso tomar qualquer medida sobre os mesmos? É que foi isso que eu retive da anterior frase. Houve animais que tinham ficado abandonados na altura da retirada das pessoas e a Senhora Presidente acabou de dizer que ainda lá estavam. Fiquei com essa dúvida se o “ainda lá estavam” era factualmente para os dias de hoje.

Relativamente às perguntas que fizemos sobre os bairros ilegais e a proliferação e as medidas que estão a ser feitas e tomadas para evitar os mesmos, a Senhora Presidente não respondeu no processo anterior, mas podemos depois rever o assunto.

Relativamente às perguntas que temos agora para esta fase do processo:

Senhora Presidente, já percebemos que a saúde pública não é propriamente a prioridade deste executivo, nem sequer deste Governo.

Podíamos estar a falar dos inúmeros casos de Legionella nas piscinas municipais, que forçaram o seu encerramento ou a ausência de limpeza das ruas da Cidade e do Concelho, ode proliferam ratos e baratas. Poderíamos falar das inúmeras situações de encerramento das urgências ou de serviços no Hospital de Almada, ou da falta de avanço do Centro de Saúde do Feijó. Ou dos mais de sessenta e seis mil utentes de Almada e Seixal, sem médico de família duas vezes mais do que em 2020. Mas vamos nos cingir aos problemas do Concelho.

O que trazemos aqui hoje como questão, é relativa à preocupação com a saúde dos munícipes que ficou ainda mais comprovada com a execução das obras de retirada de fibrocimento com amianto das escolas, em plena época escolar, assim como os restos de fibrocimento com amianto e lixo deixados após as demolições do 2º Torrão, que ficaram a céu aberto e acessíveis a crianças durante algumas semanas.

Vemos ainda uma situação preocupante em todos os mercados do Concelho de Almada, onde pela antiguidade dos mesmos e pelo estado de conservação, os riscos de terem telhados de fibrocimento com amianto, e espalhar partículas causadoras de diversas doenças, é inaceitável.

Mas uma especial atenção para o Mercado Abastecedor de Almada, no Bairro do Matadouro, ponto fulcral do comércio de legumes e outros produtos alimentares, que se encontram expostos a um telhado partido com o que parece ser amianto visível em alguns pontos.

No Mercado Abastecedor, além do risco de contaminação das vias respiratórias pelos utilizadores do local, temos ainda o risco da contaminação dos alimentos, pelas partículas que neles se depositam, tendo o potencial de contaminar grande parte da população. Estas estruturas já deveriam ter sido retiradas há muito tempo, pois constituem perigo para a população que frequenta estes espaços.

Senhora Presidente, quantos edifícios camarários têm fibrocimento com amianto, sejam mercados, parques de estacionamento ou outros? Onde estão os relatórios do estado do ar e partículas destes edifícios? Qual é a



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

utilização diária destes edifícios camarários com amianto? Quantos almadenses estão diariamente sujeitos a amianto pela escolha da Câmara não iniciar as obras de remoção?

Senhora Presidente, porque foi dada prioridade a construir jardins no valor de 638.000.00€ (seiscentos e trinta e oito mil euros) na Cova da Piedade, ou 578.000.00€ (quinhentos e setenta e oito mil euros) em Almada, em vez de reduzir o risco de cancro para a população portuguesa, mantendo-a conscientemente em contacto com fibrocimento que poderá estar contaminado? Para quando uma total erradicação do fibrocimento de todos os edifícios municipais? Claramente este executivo preferiu escolher jardins floridos que muito louvamos, em vez de erradicar o fibrocimento da nossa Cidade.”

8.3.2 – Usaram da palavra o Senhor Vereador Nuno Matias e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal em resposta ao Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA).

8.3.2.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente aos cães, não Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes, percebeu tudo mal. O que nós dissemos é que quando foram retiradas as pessoas comprometemo-nos a guardar os animais enquanto as pessoas não tinham sido realojadas, as pessoas foram realojadas, mas nem todas vieram buscar ao Canil Municipal os animais que ficaram à nossa guarda. Portanto, eles ainda lá estão, porque como deve imaginar, não abandonamos animais que estão sob a nossa guarda. Portanto, não, os animais não estão na rua, nem estão no 2º Torrão abandonados. Portanto, espero que o facto de ter percebido mal, não passe a ser as verdades que o CHEGA normalmente costuma transmitir, que normalmente são mentira. Lamento dizer com tos a frontalidade.

Da mesma maneira como é falso terem ficado restos de amianto no 2º Torrão. O amianto foi retirado de todas as escolas do Município, graças a uma candidatura, foi um esforço muito grande e foi justamente no período de verão, para não perturbar a escolas e conseguimos de facto fazê-lo.

Relativamente aos parques de campismo, eu penso que respondi o suficiente, tem que se cumprir um Plano de Pormenor, temos que arranjar uma alternativa, também percebemos que o impacto que aquilo tem, nomeadamente, em muitas pessoas para quem aqueles parques são uma solução de férias.”

8.3.2.2 – O Senhor Vereador Nuno Matias:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Muito rapidamente dar nota do que se está a preparar na questão dos mercados e daquilo que também já foi feito.

Está neste momento pronto para ir a reunião de Câmara e lançar a consulta pública o novo regulamento dos mercados, que entendemos nós, é o primeiro passo estratégico para reformular as atividades económicas e para chamar novos utilizadores, novos consumidores e novos operadores económicos. Mas isto também só é possível com aquilo que nós também queremos lançar, que é a chamada marca “Mercados de Almada”, isto está a ser trabalhado de ponto de vista estratégico, para ter uma nova imagem e divulgação do que se passa nestes espaços.

Espaços esses que também têm que ser renovados. Já foi feita alguma intervenção, recorde-me intervenções quer no Mercado da Costa, quer no Mercado do Monte. Estamos a planear intervenções também transitórias quer no Mercado do Monte com instalação de novas portas, o elevador no Mercado da Trafaria, outras intervenções em todos os Mercados, desde o Feijó, Almada à Cova da Piedade, mas sobretudo há algo que é vital e este é um ponto relevante, nós queremos reformular também a ligação da comunidade aos mercados e à sua atividade. E para isso, os dois primeiros passos estratégicos que vamos dar, é com o lançamento de dois concursos de ideias para a reformulação completa de dois espaços centrais, no caso do Mercado de Almada e Mercado da Costa da Caparica, que permita acrescentar outra dinâmica, outro ponto de atratividade e de relação com o espaço público envolvente, porque é a única forma de termos nos mercados mais almadenses e



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

quem nos visite, para ter atividade económica pujante, para não acontecer aquilo que hoje em dia acontece também por exemplo, no Mercado da Cova da Piedade, que é ter poucos operadores económicos, e, portanto, temos que os chamar, mas temos também de devolver esse espaço com outra multidisciplinaridade e portanto, o novo regulamento assim o fará e nos próximos dias será apresentado para decisão da Câmara Municipal e para lançamento da consulta pública.”

8.4 – Usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Karim Hassam Quintino (BE);

8.4.1 – O Senhor Deputado Municipal Karim Hassam Quintino (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Queria também agradecer a réplica da Senhora Presidente e da Senhora Vereadora, mas parece-me que V. Exas. não entenderam ou não quiseram entender, o alcance da nossa intervenção. Porque o que nós viemos aqui dizer, e creio que todos perceberam menos V. Exas., é que a realidade que a Senhora Presidente descreveu no seu discurso inicial é uma realidade alternativa. E mais, não só é uma realidade alternativa, mas é também uma realidade que ignora a realidade concreta e factual do nosso Município.

É que o que este executivo aqui descreve faz-nos perguntar se realmente andam na rua, se realmente ouvem as queixas que eu e todos os outros Deputados Municipais aqui presentes, ouvimos todos os dias.

A Senhora Presidente falou aqui das competências do Governo Local e do Governo Central, acusando-nos de trazer temas que só dizem respeito ao Governo Central. Mas Senhor Presidente, esta crítica que nos fazem faria todo o sentido noutro contexto. É que parece que é preciso relembrar à Senhora Presidente, que o desenvolvimento de uma cidade se dá através da simbiose entre o Governo Central e o Governo Local. E se o Governo Central que estiver no poder for da sua cor partidária, e ainda por cima tiver maioria absoluta, melhor ainda! Só é uma pena não termos essas condições....

E mais. Nós também não vimos a Senhora Presidente a dissociar-se do seu governo, como fez há pouco, quando o Senhor Primeiro Ministro foi à Costa da Caparica anunciar a expansão do Metro Sul da Tejo, com aquela pompa e circunstância que ninguém aqui se esquece, com aplausos, abraços, apertos de mão, sorrisos, e tantas outras manifestações de alegria que afinal eram apenas para inglês ver.

Por último, Senhor Presidente.

Eu creio que rapidamente este executivo se apercebeu da enorme gafe de marketing que cometeu com o slogan que escolheu para o nosso município. Agora, o que mais nos surpreende é que ainda hoje a Senhora Presidente faz questão de dizer que este é um território de muitos... Eu lamento, Senhora Presidente, este não é um território de muitos. É sim um território de e para poucos. E o que o Bloco de Esquerda quer é simplesmente uma Almada de todos, uma Almada que seja verdadeiramente inclusiva e que coloque os almadenses em primeiro lugar. É só isto.”

8.4.2 – Usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal em resposta ao Senhor Deputado Municipal Karim Hassam Quintino (BE).

8.4.2.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu às vezes sou acusada de andar a reboque do Governo Central e agora sou acusada de ser quase independente em relação ao Governo Central, o que significa que eu devo estar no sítio certo. Ou seja, devo estar, apoio o Governo Central quando concordo com o Governo Central e sou crítica do Governo Central, ou sou menos efusiva quando não concordo. Portanto, a questão em termos de política local, eu acho que é muito importante e acho que todos nós temos consciência disso, até podermos ter sido eleitos por um grupo de pessoas. A partir do momento em que assumimos o poder somos o representante de todos os almadenses, na sua diversidade. Na sua diversidade.

Agradeço virem dizer que não ando na rua. Eu só não ando na rua quando não posso e garanto-lhe que devo andar e devo conhecer melhor o Concelho de Almada neste momento do que até o Senhor Deputado Municipal, com todo o respeito que tenho por si.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Agora, nós não selecionamos quem ouvimos, ouvimos todos, não ouvimos apenas um lado, porque tal como eu referi, a partir do momento em que somos eleitos, a partir do momento em que assumi a Presidência da Câmara Municipal de Almada, e cada um destes Vereadores que aceitaram pelouros, os que não aceitam continuam a só querer representar os seus e não todos, todos os vereadores que aceitaram pelouros, aceitaram o compromisso de governar e de ouvir todos. Portanto, lamento quando não consigo concordar com o que o Senhor Deputado Municipal diz.

Agora há uma coisa extraordinária, então quer que eu me dissocie das afirmações que o Primeiro Ministro e da promessa que o Primeiro Ministro fez não na Costa da Caparica, mas aqui em Almada, no lançamento da minha candidatura, à frente dos Paços do Concelho e está lá gravado, foi aí e não foi na Costa da Caparica, houve abraços sim, porque foi um momento de festa, isso eu não tenho dúvidas, então mas quer que eu me dissocie da promessa que o Primeiro Ministro fez? Claro que não me dissocio, não só não me dissocio como a afirmo todos os dias e continuo a assistir da importância fundamental da extensão do Metro até à Costa da Caparica, assim como insisto da importância da criação de uma nova travessia entre Almada e Lisboa e para termos uma política de mobilidade coerente, até um reforço do transporte público.

Portanto, somos coerentes com aquilo que propomos e acusem-me do que quiserem, mas não me acusem de ser obstinada e persistente, para bem ou para mal, realmente, são estas algumas das minhas características.”

8.5 – Usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Luís Amado Durão (PSD);

8.5.1 – O Senhor Deputado Municipal Luís Amado Durão (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Em primeiro lugar, Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco, se está aí sentado hoje é graças ao PSD, e não insulte o partido que o carregou às costas, até na altura não era propriamente leve.

Se a interpretação não foi a correta, a questão era falar do lugar do PSD.

Portanto, não somos um partido de ajudantes, e trabalhamos por duas razões. Em prole do Município e para dar voz aos almadenses. Para abordar as questões que merecem ser abordadas à Câmara Municipal.

E assim, procuramos, que esta cidade não seja só uma cidade para viver e visitar, mas uma cidade que seja um centro de emprego, um centro de negócios. E, portanto, as nossas questões são dirigidas a este ponto.

Qual é que é a estratégia atual do Município para captar investimento? E qual é que é o plano para o programa “Almada Investe”?

Por outro lado, a nível de programas de retenção dos jovens, perguntamos ao Município ao nível habitacional, se consideraria viável implementar um programa de IMT jovem, que isentaria os jovens até 35 anos do pagamento de IMT, na aquisição de habitações até ao valor de 250.000.00€ (duzentos e cinquenta mil euros). Esta medida não resolve todos os problemas dos jovens, que enfrentam, mas representam um passo importante na direção certa, incentivando-os a permanecer em Almada e a contribuir para o nosso futuro.

No que diz respeito também à habitação, perguntamos se existe algum programa de simplificação nos licenciamentos, em especial à construção de novas habitações, destinadas à classe média? Por outro lado, também consideramos crucial, aqui perceber se existe alguma estratégia de curto, médio e longo prazo, para controlar os bairros clandestinos?

Nesse sentido, questionamos também o executivo, como vai prevenir estas questões de crescimento descontrolado e dar habitação aqueles que realmente necessitam.

No campo da mobilidade urbana, é importante destacar ainda a melhoria dos serviços rodoviários, que é notória, apesar do período inicial perturbado, e é importante questionar o executivo sobre para quando estão prontos os abrigos nas paragens para os utilizados da Carris Metropolitana?



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Além disso, o PSD propõe, na carreira 3033, denominada Monte de Caparica Circular, que tenha uma paragem próximo das instalações das Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão, Deficiente Mental em Pêra.

Isso facilitaria muito o acesso de alguns utilizadores com mobilidade reduzida que normalmente são obrigados a usar serviço de táxi ou Uber mesmo quando enfrentam dificuldades financeiras.

Por último, o PSD compromete-se a continuar a trabalhar incansavelmente pelo desenvolvimento da nossa cidade, pois acreditamos firmemente que, com visão, inovação e determinação, Almada pode se tornar um farol de sucesso.

E felizmente Almada é um farol de liberdade e não poderíamos deixar aqui sem responder ao Senhor Deputado João Gerales.

O PSD não recebe lições de democracia e é o primeiro a defende-la. O PSD ataca quem não defende a democracia e condena quem a mata. O PSD, ao contrário da CDU, condena os ataques a Israel, a invasão da Ucrânia pela Rússia, a violação dos direitos humanos na Corria do Norte, as violações à democracia pela Frelimo e pela MPLA em Angola e Moçambique, a repressão política na Venezuela.

A CDU podia condenar tudo esta noite, poda continuar o abuso dos direitos das mulheres e LGBT nalguns países da Arabia, ou na própria Palestina, mas decidiu condenar o PSD. Podia também ter falado do 25 de Novembro, isso também faz parte da cassete. Aliás, consegue ter esta hipocrisia política onde defende os valores de Abril, mas não defende o momento que consolida os mesmos. A hipocrisia paga-se nas urnas e esta bancada poderia ser o espelho da decadência de um partido e de uma ideologia que ficou parada no tempo. Precisa de gente nova na vossa bancada, precisa de gente que coloque a sua cassete no Spotify.”

8.5.2 – Usaram da palavra os Senhores Deputados Municipais António Pedro Maco (CDS-PP) e João Eduardo Gerales (CDU), para uma Interpelação à Mesa nos termos do nº 2, artigo 51º, do Regimento da Assembleia Municipal.

8.5.2.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP).

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Penso que a Ordem de Trabalhos é sobre o Estado do Município e não sobre o estado dos partidos políticos ou o estado do CDS. Portanto, eu acho que a intervenção do Senhor Deputado Municipal do PSD, foi um tiro ao lado, porque eu acho que fui eleito por uma coligação, estou aqui com toda a legitimidade e, portanto, não entendi, sinceramente, qual foi o alcance, até entendi, mas isso ficará para outras núpcias.”

8.5.2.1 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Gerales (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A exemplo do Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco, para reiterar as afirmações que o Senhor Deputado António Pedro Maco acaba de fazer, porque temos que ser sérios. Nós sabemos, temos a consciência que acertamos na muche, mas foi noutro ponto, não tem nada a ver com o ponto que estamos a discutir. Portanto, esta intervenção do Senhor Deputado Municipal Luís Durão, é completamente descabida e completamente inaceitável.”

8.5.2.1.1 – Usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal em resposta ao Senhor Deputado Municipal Luís Amado Durão (PSD).

8.5.2.1.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Foram muitas questões e com pouco tempo para responder com o detalhe que seria necessário.

Uma das questões que eu quero dizer é relativamente ao “Almada Investe”. Toda a estratégia de captação de investimento, é uma estratégia que passa naturalmente, por uma questão que é a Administração Urbanística,



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

por criar condições e zonas privilegiadas no âmbito daquilo que é a revisão do PDM, e criamos até uma Divisão de Projetos Estratégicos não apenas do ponto de vista do financiamento ou das empresas ou da criação de emprego, mas também projetos estratégicos na sua globalidade para o funcionamento do Município.

Relativamente à questão do IMT jovem. Eu acho que isso é um debate nacional que já foi feito, não preciso de relembrá-lo aqui, dizer que eu gostaria que os jovens almadenses tivessem a disponibilidade de investir 250.000.00€ (duzentos e cinquenta mil euros) numa casa, penso que a grande maioria dos almadenses infelizmente, não é o caso, nem dos almadenses, nem dos portugueses. Portanto, a nossa preocupação mais uma vez, é criar respostas que sejam o mais abrangentes possível e que promovam uma equidade social.

O que eu não posso aceitar é esta questão de dizer: “fazer casa para aqueles que realmente delas necessitam”, e este “realmente que delas necessitam”, não sei porquê, tenho sempre um incomodo porque está subjacente uma certa mentalidade que infelizmente agora até têm porta voz muito ativos, não costumava ser o PSD, naquele sentido de dizer que as casas são atribuídas a quem não merece ou quem não precisa. Ora, Senhor Deputado, eu lamento dizer que não posso partilhar de todo essa sua visão, não é a situação em Almada, embora tenha dito na minha intervenção inicial, que uma das coisas que nós fizemos desde início, não só a criação do regulamento para que seja claro e transparente, e também estamos a fazer a atualização de rendas para justamente poder corrigir qualquer situação que não seja de facto, conveniente.

Precisamos de firmeza para que as pessoas sintam que o princípio geral é o da justiça. O da justiça, da clareza, da transparência na atribuição de casas.

Relativamente às classe média, eu quero relembrar para além das residências de estudantes que nós temos um projeto na Romeira como eu já invoquei, para além da Loja do Cidadão temos uma candidatura aprovada para uma residência de estudantes, mas também todo o grande projeto do Almada Poente, dizer que é em grande medida para arrendamento acessível, embora, eu continuo a insistir, tem que haver uma parte de arrendamento apoiado. Para quê? Para justamente, não só é um espaço privilegiado de expansão da Cidade, e por outro também vai permitir criar mais integração, criar mais cidade, criar mais harmonia e combater qualquer estigma de esquematização. É o que me cabe dizer.

A classe média, temos vários promotores que, estão a propor-se construir mesmo a título privado, mas para arrendamento de classe média. É evidente que na situação atual e com o aumento dos preços e nalguns casos com falta de material e outros, o preço da construção está a subir muito e isso é algo que nos preocupa muito.

Para grande projeto de desenvolvimento de Almada, não vou repetir a apresentação do Innovation District, porque de facto, a nossa aposta é na criação de um emprego qualificado, muito ligado à academia, muito ligado à inovação, é essa a nossa grande aposta, em termos de criarmos aqui em Almada um espaço privilegiado nesse sentido.”

8.6 – Usou da palavra o Senhor Deputado Municipal José Alberto Lourenço (CDU);

8.6.1 – O Senhor Deputado Municipal José Alberto Lourenço (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Almada quase 50 anos depois do 25 de Abril, atravessa o período mais difícil da sua existência. Se nos primeiros 43 anos, após a Revolução dos Cravos, com empenho, luta e dedicação das populações e da generalidade dos autarcas locais, Almada se viu dotada das infraestruturas básicas de água e saneamento, que o fascismo sempre lhe negou, e criou as infraestruturas rodoviárias e ferroviárias, os equipamentos desportivos, sociais, culturais e recreativos, de saúde e de educação, que transformaram nosso Concelho num dos mais atrativos da Área Metropolitana de Lisboa, nos últimos seis anos, viu-se atacada por uma forte paralisia provocada por uma gestão PS, sempre apoiada pelo PSD, anárquica, casuística, opaca, subserviente do Poder Central, propagandística e insensível às dificuldades e aos dramas dos mais desfavorecidos, os jovens, os trabalhadores e o povo do Concelho.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Uma gestão PS incapaz de fazer o mínimo dos mínimos, que é implementar um plano anual de manutenção e conservação e renovação dos equipamentos e das infraestruturas rodoviárias e de água e de saneamento, todas construídas no período anterior à sua chegada ao poder, o que faz com que estejam encerrados ou a funcionar a meio gás, equipamentos desportivos, culturais, educativos, e se verifiquem constantemente ruturas na rede de águas e saneamento, e o encerramento durante semanas e até meses, de troços da rede rodoviária do Concelho, com prejuízo para a atividade económica e para a vida de milhares de munícipes.

A meio do seu segundo mandato, com a quase totalidade das promessas por cumprir, quando confrontado com esta realidade o atual executivo PS, teima em olhar para o espelho retrovisor mentindo, mentindo sempre, mesmo seis anos depois, e a desculpar-se com aqueles que o antecederam, pela sua falta de palavra, pela sua incapacidade de cumprir aquilo que prometeu e com que tem vindo a enganar os almadenses.

Aconselhamos, vivamente aqueles que quiserem olhar com um pouco mais de profundidade para a forma desastrosa como os destinos de Almada têm sido conduzidos pelo PS nos últimos seis anos, a leitura do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2022. Sendo Almada um dos vinte e cinco maiores Municípios do país, os Municípios são trezentos e oito, mas eles têm várias dimensões. Não vale a pena aqui comparar aquilo que não é comparável. Sendo Almada um dos vinte e cinco maiores Municípios do país, o trambolhão de ano para ano é cada vez maior. Se até 2017, Almada se situava sistematicamente nos mais variados indicadores, nos primeiros dez melhores lugares do ranking, dos trezentos e oito Municípios Portugueses, agora não para de cair, sendo em muitos casos ultrapassada por vários Municípios de média dimensão.

E no que diz respeito aos SMAS, nem vale a pena falar muito.

É um dos serviços municipalizados com piores resultados do país, basta ir ao Anuário Económico, o que não é alheio ao caos em que esta empresa municipal se converteu desde que PS e PSD, a transformaram numa coletada dos dois partidos.

Como o problema da habitação a atingir níveis de gravidade nunca antes vistos, já que aos persistentes problemas de habitação dos mais pobres, que vivem em casas abarracadas ou degradadas, se junta agora a falta de habitação para os jovens e para aqueles que chegam de novo ao Concelho, confrontados com o valor elevadíssimo das rendas cobradas e das prestações mensais, pelos empréstimos à habitação, o risco de muitas famílias poderem entrar em situações de incumprimento e terem de voltar para casa dos pais, procurar habitação fora do Concelho, e até da Área Metropolitana, é cada vez maior.

Perante este quadro gravíssimo que afeta potencialmente várias dezenas de milhares de famílias, assistimos a uma Câmara Municipal PS, que há seis anos vem prometendo construir habitação a rodos, mas que não conseguiu neste período, dois mil cento e noventa dias depois de tomar posse pela primeira vez, construir um fogo sequer.

Mas não se pode dizer que a Câmara Municipal de Almada nada tenha feito pelo problema da habitação no nosso Concelho, para mascarar a sua incapacidade e insensibilidade, tomou medidas no seu conjunto contraditórias, e anunciou outras que só por si, meras ações de cosmética e propaganda. Mas sempre são direito a uma notícia num jornal local e transmitem aos mais distraídos e incautos, a ideia do seu empenhamento na resolução do problema da habitação que é aquilo que verdadeiramente pretendem.

Ora vejamos as medidas mais emblemáticas apresentadas: primeiro, apesar de Almada ser hoje o terceiro Concelho das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, com o maior valor de IMI per capita cobrado, logo a seguir a Lisboa e Cascais, durante cinco anos o PS em Almada recusou baixar o IMI no nosso Concelho e só no presente ano aceitou baixar ligeiramente essa taxa, de 0,37% para 0,36%, o que representa para o imóvel com valor matricial de 150.000.00€ (cento e cinquenta mil euros), o pagamento de menos 15.00€ (quinze euros) por ano de IMI. Mas para compensar esta redução, aprovou em contrapartida, a subida das taxas urbanísticas em 9,1% e a subida da tarifa da água e saneamento entre 20% e 30%. O que deu com uma mão, não chegou nem de perto nem de longe, para compensar aquilo que tirou com a outra.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Com cerca de vinte e dois mil fogos arrendados no Concelho, a Câmara Municipal acabou de aprovar uma medida de apoio ao arrendamento, para o limite de cinquenta famílias, 0,02%, durante seis meses e no montante máximo de 200.00€ (duzentos euros) por fogo e por mês, valor que muito dificilmente será atingido, tão espartana sobre regras impostas às candidaturas a este apoio. Se isto não é demagogia e propaganda, digam lá o que é?

Com a atual gestão PS em Almada, haverá certamente quem ganhe. Seguramente não são os trabalhadores, os do Município e os outros, não são os jovens, não é a população idosa, não é o Movimento Associativo Cultural e Recreativo, não são as Instituições Particulares de Solidariedade Social, pois estes perdem todos os dias. Tudo isto parece ser mau de mais para ser verdade. Mas é com esta realidade que os almadenses são hoje confrontados a poucos meses de comemorarmos os 50 anos do 25 de Abril.”

8.6.2 – Usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal em resposta ao Senhor Deputado Municipal José Alberto Lourenço (CDU):

8.6.2.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Senhor Deputado Municipal José Lourenço já me habituou a intervenções em que eu não vou qualificar, mas parece qualquer coisa de mais para ser verdade. Continuamos a falar de realidades alternativas, do presente, do passado e certamente de um futuro.

Eu penso que agora o Senhor Deputado Municipal José Lourenço esqueceu-se que agora que nos diz que não fazemos nada, que era o Senhor Deputado que achava que o número de passadeiras que tinham construído era um exagero, todos vocês se recordam certamente. Dizia porque é que fazíamos tantas passadeiras na 377. Senhor Deputado Municipal decida-se, ou não fazemos nada ou fazemos em exagero. Mas também deve ter sido demagogia com certeza.

Portanto, sobretudo acho absolutamente extraordinário, porque há uma questão que a CDU ainda não explicou aos almadenses, é porque é que ao nível nacional foi dos poucos Municípios que não conseguiu erradicar os bairros de barracas em Almada, quando tinha financiamento para o fazer. É dos poucos Municípios do país, e como sabe o Programa PER incluía a Área Metropolitana de Lisboa e do Porto exclusivamente, que curiosamente não era só Almada, os únicos Municípios que de facto, não erradicaram barracas quando foi o Programa PER, curiosamente eram todos dirigidos pela CDU, todos, Margem Sul e Margem Norte. E, portanto, seria bom talvez um dia, a CDU explicar qual é que era a sua política de habitação, porque eu acho que ninguém percebe. As pessoas do 2º Torrão que contavam ter casa do Programa PER e que 30 anos depois ainda aguardam a casa que alguns a quem lhes foi prometida mas não atribuída, e eu penso que o Senhor Deputado Municipal até tinha funções especiais nessa matéria nessa altura, gostaria que lhes desse uma razão e quando o IHRU nos vem pedir listagens de nomes dados e não cumpridos, eu também gostaria de ter essa explicação, porque a realidade é que nós temos dito que o Programa PER só foi cumprido a 60%, não, é falso, a realidade é que não chegou aos 50%, e eu penso que o Senhor Deputado tinha competências nessa altura. E tem razão, realmente o que é que andamos a fazer? Andamos a recuperar casas que construíram, mas 50% do PER. Eu volto a dizer, os senhores e as Câmaras Municipais da CDU, são aqueles que têm os piores resultados na aplicação do PER, e mais, foram os Municípios que não conseguiram ou não quiseram, erradicar bairros de barracas. E isso é uma justificação que os senhores devem, não é mim, mas aos almadenses e a todos os munícipes desses Concelhos. E, daquelas que construíram desses menos 50%, olhe convidado-o a ir ver o Bairro de Santo António, ali na Freguesia. E diga lá, o que é que cuidaram dessas habitações? Esta a falar dos seis anos, certo, garanto que sou a primeira a lamentar se não conseguirmos ser mais céleres, aí eu não tenho problema. Agora, está a comparar os seis anos com 42 anos, ou 43? É mesmo isso que quer? Acho que tem toda a razão de exigir e de perguntar-nos o que é que temos feito e eu digo-lhe com todo o gosto. Agora, o que os senhores não fizeram durante estes 40 anos, é claro que dá mais jeito inaugurar, pôr lá uma plaquinha e tirar a fotografia, sabe o que isso se chama? Demagogia. Mas cuidar, preservar, saber a quem é que atribuímos as casas, porque é que atribuímos aquela



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

pessoa e não à outra de forma clara, transparente e justa, como se obriga a qualquer pessoa e qualquer partido que tenha preocupações com a idoneidade que se exige a partidos de bem, isso os senhores têm que dar explicações aos almadenses e aos portugueses.”

8.7 – Usou da palavra a Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS);

8.7.1 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Lourenço (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Reunimos hoje com um formato inédito esta Assembleia Municipal, num debate sobre o Estado do Município, no qual é feito uma espécie de exame aquilo que tem sido o trabalho do executivo Municipal, que é responsável pela gestão do território em que lhe é dada a oportunidade perante esta Assembleia Municipal e a todos os que a ela assistem, dizer-nos aquilo que são os resultados das políticas públicas que têm sido por si implementadas no território.

É também oportunidade para nós, Deputados Municipais, questionarmos este executivo sobre aquilo que foi feito e aquilo que será feito.

De forma não muito surpreendente, muitos optaram neste debate, por tentar destruir, ao invés de ajudar a construir. Mas Senhoras e Senhores Deputados, a Almada que temos hoje, é uma Almada melhor, uma Almada que é o território de muitos e de onde se trabalha para todos.

As decisões que têm sido tomadas por este executivo, possibilitam uma participação mais ativa de todos, uma maior eficácia na resolução das questões concretas e um reforço na coesão territorial. E é a participação ativa e envolvida dos cidadãos, que permite a melhor realização dos seus interesses. Almada hoje, não é só Almada, é todo o Concelho. E eu, almadense há 46 anos, mas que há 35 moro fora da Cidade de Almada, tive de esperar 40 anos para ver que a cultura a ser levada a todo o Concelho, a todas as Freguesias, de forma universal, cultura para todos. Disto são exemplos programas que têm sido implementados como “Feliz Almada”, “As Festas da Cidade”, “O Março à Solta”. Não existe segregação daquilo que é a cultura como sempre existiu até então.

Porque aquela Almada que aqui ouvimos, que foi Almada do desenvolvimento, foi também Almada que criou grandes assimetrias no território no que respeita não só o acesso à cultura, mas ao desporto, aos transportes, mas também a coisas tão simples como a iluminação pública, os passeios pedonais, as vias rodoviárias, tudo isto foi o Concelho que foi criado e as assimetrias que foram criadas.

Almada centro sempre foi uma Almada diferente daquilo que é Almada onde eu vivo há mais de 35 anos, Almada que nessa altura demorava mais de 45 minutos a percorrer para uma qualquer jovem adolescente, com pouco mais do que 11 anos. E tudo se fazia, mas tudo se fazia no centro de Almada e em mais nenhum sítio.

É também por isso, que o processo da descentralização de competências, assente no princípio da subsidiariedade e numa relação de confiança institucional e de diálogo entre o Governo e as Autarquias Locais, dá corpo a um dos princípios essenciais da democracia que é o da proximidade. Proximidade entre a Administração Central e a Administração Local, a proximidade entre os centros de decisão e os territórios, a proximidade entre os cidadãos e o património. O poder mais próximo é o que melhor conhece o seu território, o poder que cria ligações efetivas à população e que consegue dar uma resposta mais adequada às suas necessidades de bem-estar, às necessidades do território. O processo de descentralização de competências do Poder Central para o Poder Autárquico, teve esse mesmo objetivo, transferir para os Municípios, competências de forma a permitir que as mesmas sejam exercidas de uma forma mais eficaz.

O Município de Almada, foi um dos muitos Municípios que, de forma responsável, não abdicou de uma análise rigorosa de todo o processo, nas diversas áreas como são exemplo as áreas da educação, da saúde, da ação social, trabalhando conjuntamente com o Governo Central de forma a garantir todas as condições necessárias para assunção dessas mesmas competências. Esse mesmo trabalho, está agora a ser desenvolvido por este executivo camarário, com as Juntas de Freguesia do Concelho, para que as nossas Juntas de Freguesia tenham as condições necessárias para exercer essas competências de forma mais próxima da população.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Sempre e também aqui, com o objetivo de servir melhor os cidadãos e o território, que é de muitos, de todos aqueles que dele cuidam.

Por isso Senhora Presidente, queria aqui nesta Assembleia Municipal, pedir-lhe que partilhasse connosco aquilo que foi a experiência do processo da descentralização de competências do Estado Central para o Município e aquilo que está a ser feito para garantir que efetivamente as nossas Juntas de Freguesia têm as condições necessárias para poder exercer de forma mais próxima e eficaz, as competências que lhe serão atribuídas obviamente. Aquilo que lhes pedimos, em nome da bancada do Partido Socialista, ao contrário de muitos que entendem que as competências e as soluções são para cada um especificamente, é que continuem a fazer o trabalho que até aqui tem sido feito e que nunca desistam de encontrar soluções para as nossas populações, para a nossa Almada, para todo o território.”

8.7.2 – Usaram da palavra a Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal para prestarem esclarecimentos à Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS).

8.7.2.1 – Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Deputada Municipal Margarida Lourenço, agradeço as questões colocadas e dar nota que frisou um elemento muito importante, que é de facto, encararmos a gestão do Município, de todo o Município, na sua diversidade. E por isso, é que é tão importante reconhecer essa diversidade, porque as características, as exigências e os desafios de cada uma das nossas Freguesias não é igual entre si, são diferentes e se queremos responder com equidade a todas, temos que saber, conhecer e reconhecer, a dificuldade e os desafios de cada uma delas. E é isso que estamos a fazer nos dois processos, seja da transferência da Câmara Municipal para as Freguesias, mas também, no âmbito da delegação de competências do Estado Central para Almada.

E aqui se me permitir Senhor Presidente, passarei a palavra à Senhora Vice-Presidente, Senhora Vereadora Teodolinda Silveira, que tem sido de facto, a grande fazedora deste processo complexo e que tem tido tão bons resultados graças à sua capacidade de diálogo, à sua compreensão e de colaboração com todas as entidades.”

8.7.2.2 – Senhora Vereadora Teodolinda Silveira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Dizer que em muitos fóruns já me ouviram dizer isto e quando digo isto interpreto o pensamento do executivo, tenho o hábito de dizer eu, mas sempre digo eu, é um eu, mas estático.

Aquilo que vos queria dizer é que sempre dissemos em todos os fóruns que não rejeitaríamos as competências, mas que também não as aceitaríamos em qualquer circunstância. E foi isso que fizemos. Sabíamos que a proximidade era uma mais valia, portanto, tínhamos que aproveitar essa mais valia, para de uma forma responsável, podermos junto dos cidadãos de Almada, poder melhorar aquilo que era o serviço público que até aí tinham. Foi assim que em abril de 2022, recebemos a transferência de competências no âmbito da educação.

Todos sabemos que não recebemos competências em todas as áreas, recebemos competências na área do edificado e na área dos recursos humanos, Recebemos estas competências no meio de um ano letivo, e a nossa principal preocupação foi não perturbar a vida das escolas, porque sabemos que a função da escola é aquela e a principal que é a organização das aprendizagens dos seus alunos. Portanto, tudo fizemos numa política de proximidade com direções dos agrupamentos, para que a vida da escola não fosse perturbada, mas pudéssemos desde logo começa a trabalhar com eles numa política de proximidade, para identificar constrangimentos e planear intervenções, pelo menos aquelas que eram mais importantes.

Recebemos 13 Agrupamentos de Escolas, 2 Escolas Secundárias não agrupadas, que juntamente com as que tínhamos do 1º Ciclo e Pré-Escolar, perfazem 60 edifícios escolares. Integramos cerca de 900 trabalhadores do Ministério da Educação no mapa do Município da Câmara e o que tenho para dizer a quem hoje aqui criticou que não há pessoal, que não nos transferem pessoal, que pela primeira vez no ano de 2022, 2023, o ano letivo



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

abriu com todos os trabalhadores não docentes colocados nas escolas, no quadro das escolas, todos. O rácio estava completamente cumprido. E mais, abrimos uma reserva de recrutamento específica, para fazer substituições nas ausências temporárias de trabalhadores, dado que aí não podemos colocar trabalhadores por tempo indeterminado. Os Agrupamentos sabem disto e com certeza não me desmentirão. Para além desta integração, deste cuidado com o edificado que começamos imediatamente, homogeneizámos e inovamos o software das escolas, permitindo uma resposta em tempo real a todas as questões e facilitando em muito a relação do Município com as escolas e dos encarregados de educação com as próprias escolas.

Portanto, quero acreditar e tenho a convicção, que a maioria das escolas não se queixará da mudança ocorrida e isso é aquilo que nos faz continuar a trabalhar com elas em proximidade e a resolver os problemas.

No âmbito da intervenção social, que acabamos por receber um ano depois, era uma transferência de competências mais complexa, porque nunca tínhamos tido qualquer competência nesta área e porque tínhamos um território assimetricamente coberto, com apenas 40% da ação social através de algumas Instituições Particulares de Solidariedade Social, e, portanto, era um processo mais difícil e foi. Foi uma negociação grande com o Poder Central, foi uma negociação grande com as nossas IPSS, mas que levou a muito bom termo. Levou a bom termo porque hoje os almadenses sabem que têm em cada Freguesia um posto de atendimento de ação social, permanente e em proximidade e a quem podem recorrer, em qualquer situação de emergência. É importante, foi importante, porque mudamos o modelo de atendimento. Passamos a ter um modelo feito por um gestor de caso, que olha ao agregado ou à pessoa e não à medida que ela recebe. Hoje as pessoas são olhadas como pessoas, são analisadas no seu global e a medida que tiverem que receber é-lhe dada pela mesma instituição sempre. O que permite um conhecimento do processo e um conhecimento das pessoas e onde o regulamento do programa Almada Solidária que para além das verbas que o Governo através da Segurança Social nos transformou, integrou os apoios que a Câmara Municipal já tinha e que nos pareceu que deveriam ficar todos sob o mesmo regulamento.

Portanto, dizer-vos que tenho claro para mim e acho que qualquer pessoa que o procure, terá nestes seis meses uma resposta positiva ao que foi esta transferência de competências. Só meramente exemplificativo, devo vos dizer, que em seis meses, nós tivemos cinco mil cento e sessenta e nove famílias em acompanhamento, tivemos oito mil duzentos e sessenta e um atendimentos, tivemos oitocentos e cinquenta e cinco apoios económicos diretos, num valor total de 336.000.00€ (trezentos e trinta e seis mil euros).

Portanto, Senhores Deputados, não tenho dúvidas nenhuma, que os mais vulneráveis munícipes de Almada, estão muito mais bem servidos com a transferência de competências no âmbito do Município do que estavam até aqui.

Na saúde assinamos um auto assinado e que irá ser concretizado a partir de outubro.

Por fim, relativamente à transferência de competências para as Autarquias, reivindicamos exatamente o mesmo processo. Queremos transferir as competências, queremos dar tempo para que sejam discutidas, queremos dar tempo para que os Senhores Presidentes das Uniões e Junta de Freguesia nos respondam, para que possamos dar condições às Juntas de Freguesia, para tal como a Câmara Municipal está a fazer, poderem responder melhor às suas populações.

Quero apenas dizer que nesta matéria não me incomoda as críticas neste processo, mas me alegra o juízo de quem dele é beneficiado."

9 – Tendo atingido a hora regimental de termo da reunião, sendo cerca das 01H15, deu-se por concluída a reunião da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de debate sobre o Estado do Município.

10 – Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, da Senhora Presidente da Câmara Municipal, da Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira, dos/as Vereadores/as Senhores/as José Pedro Ribeiro, Filipe Pacheco, Francisca Parreira, Nuno Matias, Maria das Dores Meira, António Matos e Joana Mortágua.



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

11 – Foi verificada a presença de cerca de cinquenta munícipes. A sessão foi transmitida em streaming tendo sido objeto de tradução, em língua gestual portuguesa

12 – Por ser verdade se elaborou a presente Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE _____ *[Signature]*

O 1º SECRETÁRIO _____ *[Signature]*

A 2ª SECRETÁRIA _____ *[Signature]*